

**O POVO E A CENA HISTÓRICA:
*Quarto de despejo e A integração do negro na
sociedade de classes (1960-1964)****

Cadernos Cedec n° 97**

Julho de 2011

Mário Augusto Medeiros da Silva

* Este texto corresponde ao sexto capítulo de minha tese de doutoramento em Sociologia, *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*, defendida no IFCH-Unicamp em março de 2011.

** Publicação vinculada ao Projeto Temático “Linhagens do pensamento político-social brasileiro”. Coordenado por Elide Rugai Bastos, o projeto é financiado pela FAPESP (Processo 07/52480-5) e vem sendo realizado pelo Cedec em parceria com a USP, Unicamp, UFRJ, Unifesp e UFSCar.

CADERNOS CEDEC Nº 97

CONSELHO EDITORIAL

Adrián Gurza Lavalle, Alvaro de Vita, Amélia Cohn, Brasílio Sallum Jr., Cicero Araujo,
Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn, Leôncio Martins Rodrigues Netto,
Marco Aurélio Garcia, Miguel Chaia, Paulo Eduardo Elias, Rossana Rocha Reis,
Sebastião C. Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

DIRETORIA

Presidente: Sebastião C. Velasco e Cruz
Vice-presidente: Cicero Araujo
Diretor-tesoureiro: Gabriela Nunes Ferreira
Diretor-secretário: Marcelo Marcos Piva Demarzo

Edição e revisão: Marleida T. Borges

Cadernos Cedec
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
São Paulo: Cedec, jul. 2011

Periodicidade: Irregular

ISSN: 0101-7780

APRESENTAÇÃO

Os *Cadernos Cedec* têm como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas e reflexões desenvolvidas na instituição.

As atividades do Cedec incluem projetos de pesquisa, seminários, encontros e *workshops*, uma linha de publicações em que se destaca a revista *Lua Nova*, e a promoção de eventos em conjunto com fundações culturais, órgãos públicos como o Memorial da América Latina, e centros de pesquisa e universidades como a USP, com a qual mantém convênio de cooperação.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos de origem com a cidadania, a democracia e a esfera pública confere ao Cedec um perfil institucional que o qualifica como interlocutor de múltiplos segmentos da sociedade, de setores da administração pública em todos os níveis, de parlamentares e dirigentes políticos, do mundo acadêmico e da comunidade científica.

SUMÁRIO

RESUMO	5
CENAS DE UM QUOTIDIANO SINGULAR E PLURAL.....	10
INTEGRAÇÃO DO NEGRO À SOCIEDADE DE CLASSES.....	17
OS ANOS DE ESPERA	21
UM ESTRANHO DIÁRIO CHAMADO QUARTO DE DESPEJO.....	30
1958 FOI UM ANO RUIM.....	38
1958-1960: COMO SE CRIA UM BEST-SELLER?	48
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

RESUMO

Este texto pretende realizar aproximações entre formalização literária e análise sociológica, tomando os livros *Quarto de despejo*: diário de uma favelada e *A integração do negro na sociedade de classes* como pontos de partida. Além disso, discutem-se aspectos do ativismo político-cultural negro em São Paulo e das condições sociais de produção de uma literatura negra, entre os anos 1950 e 1960. Com isso, intenta-se debater os alcances e limites do ativismo, da dimensão do protesto negro e suas expressões literárias e da análise sociológica, em meio a um intenso e dramático processo de metropolização da cidade, acentuado pelas favelas, onde o sujeito social negro é elemento central.

Palavras-chave: Literatura Negra; São Paulo-Anos 1950-1960; Jesus, Carolina Maria de (1914-1977); Fernandes, Florestan (1920-1995); Pensamento Social Brasileiro.

ABSTRACT

The text intends to approximate literary formalization and sociological analysis, by the reading of *Quarto de despejo* and *A integração do negro na sociedade de classes* as conductors. Besides that, are discussed some aspects of political and cultural black activism in São Paulo and social conditions of production of a black literature, between 1950's and 1960's. The focus is to debate the scopes and limitations of activism, black protest and their literary expressions, as well as sociological analysis, in the context of a intense and dramatic metropolization process, accentuated by the slums, in which the black social subject is a central element.

Keywords: Black Literature; São Paulo: 1950's-1960's; Jesus, Carolina Maria de (1914-1977); Fernandes, Florestan (1920-1995); Brazilian Social Thinking

Carolina Maria de Jesus entende muito de miséria. Há muito tempo como ninguém dizia nada, ela resolveu dizer. E foi só achar um caderno ainda com folhas em branco e começar a contar. Transformou-se em voz de protesto. E há muitos anos grita, bem alto em seus cadernos, gritos de todos os dias.[...] Carolina, você gritou tão alto que o grito terminou ferindo ouvidos. A porta do *Quarto de despejo* está aberta. Por ela saiu um pouco da angústia favelada. É a primeira porta que se abre. Foi preciso abrí-la por dentro e você encontrou a chave[...] – Excertos de *Nossa irmã Carolina*, apresentação de Audálio Dantas à 1ª edição de *Quarto de despejo*, 1960.

Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de um assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, através do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial do desenvolvimento posterior do capitalismo do Brasil. Florestan Fernandes, Introdução a *A integração do negro na sociedade de classes*, 1964.

As ideias do protesto e revolta negros já possuíam, a partir dos anos 1940, as condições sociais propícias à sua existência e expressão político-literária, através da discussão da elaboração ficcional de alguns escritores, da modulação discursiva de intelectuais negros e das demandas sociais e/ou testes que a realidade social impôs às ações e ideias desses sujeitos (exemplificados com o caso da Associação Cultural do Negro¹ – ACN, em São Paulo).

Entretanto, se as condições sociais estavam postas, não pode ser minorizada a receptividade àquelas ideias e manifestações (políticas e literárias) de uma fração do grupo negro organizado. Em política e literatura, *o público* joga um papel fundamental, às vezes determinante, para o resultado de uma ação. Inclusive para o *aparentemente*

¹ A Associação Cultural do Negro (ACN) foi criada em São Paulo, em 1954, por antigos militantes e intelectuais negros, ligados ao ativismo e à imprensa negra na cidade desde a década de 1920. Com o fechamento da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a proibição, pelo Estado Novo, de atividades políticas suspeitas (que atingiram fortemente o meio negro organizado da época), somente após 1945 houve a possibilidade formal de retomada das atividades políticas para aqueles ativistas. Rescaldados pela experiência de fechamento e perseguição; e indignados pelo fato de, durante as comemorações do IV Centenário de São Paulo o negro ser um tema ausente da discussão, os criadores da ACN resolveram criar um organismo que tivesse como foco o debate cultural, atuando na promoção da figura do negro. Entre seus membros mais ativos e criadores estão José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Geraldo Campos de Oliveira, Oswaldo de Camargo entre outros. Seu período mais intenso ocorreu entre 1956 e 1963, atuando no centro de São Paulo, no 16º andar do edifício Martinelli. Fechou suas portas em 1976, sob a direção do sociólogo uspiano Eduardo de Oliveira e Oliveira e da advogada Glicéria de Oliveira, no bairro da Casa Verde. Entre seus apoiadores estavam Florestan Fernandes, Octavio Ianni, José Mindlin entre outros. Sobre esses temas, ver: Fernandes (1978b); Ferrara (1986); Leite & Cuti (1992); Lofego (2004); Domingues (2007); Silva (2011).

inesperado. Seja no encontro ou no confronto: o alcance do protesto, suas dimensões e consequências (mesmo que avessas às intenções de seus idealizadores) podem ser questionados. Contudo, é inegável que elas provocaram algum impacto, não sendo apática a recepção entre alguns intelectuais (negros ou não), sujeitos sociais, ativistas anônimos etc. que com elas tiveram algum contato.

Visto por outro ângulo: 1) não sendo passivo o grupo social negro (ou frações) à sua condição subalterna pós-abolição; 2) tendo tido, às suas custas e a duras penas, as condições para produzir e fazer circular um conjunto de ideias reivindicativas acerca dessa condição; 3) e, por fim, havendo, nalguma medida, uma certa sensibilidade de um público a quem foram dirigidas aquelas ideias, mesmo sendo *um raio em céu azul* – para recorrer ao terreno dos clichês – o aparecimento de Carolina Maria de Jesus estava adequado ao seu contexto. Ou melhor: haviam as condições para o surgimento de um discurso semelhante ao seu ser bem recebido por um certo público. A estreia da autora de *Quarto de despejo* foi surpreendente e, imediatamente, construída como um bólido significativo, cujos significados foram vários e explorados em distintos momentos. Mas, ao se observar o movimento geral, não seria exatamente uma surpresa se, oriundos do grupo negro, sujeitos experimentando diferentes graus de condições adversas galgassem patamares mais elevados de radicalização e o enunciassem.

A potência de De Jesus está, por um lado, na força de seu discurso, do seu local de origem (a favela), na sua trajetória pessoal e na sua *recriação memorialística* (conhecida como seus *diários*). Por outro, nas condições específicas de seu lançamento e o seu *exotismo social*, que a distanciam da experiência conhecida até então por outros escritores negros (uma grande e tradicional editora, capaz de promover uma ação publicitária sem precedentes) a colocam como um fato inédito na história literária negra e digno de destaque na história literária brasileira em geral. Isso a faz provocar reações as mais diversas no público leitor. Rememorando sua própria circulação literária e a percepção sobre o surgimento de De Jesus, Oswaldo de Camargo coloca em discussão alguns desses pontos, contrapondo-os e se contrastando à sua própria formação de escritor:

Eu tive sorte! Porque eu comecei a frequentar a Biblioteca Municipal, no saguão, que era um reduto de autores, de poetas[...] Então, ao mesmo tempo em que eu frequentava o saguão da Biblioteca Municipal, eu ia depois para a Associação Cultural do Negro e fazia o movimento lá.[...] Então, eu tive uma vida, naquela época, muito rica. Hoje eu vejo: não era eu que tinha uma vida rica. A vida intelectual, em São Paulo, aqui no centrão, era muito

rica. Até pela presença de autores. A Lygia Fagundes Telles morava ali na [rua] Martins Fontes. Guilherme de Almeida tinha seu escritório na rua Marconi. Paulo Bonfim, morava na Avenida Ipiranga. E você vai caminhando, você vai encontrando autores. Sérgio Milliet, nessa fase, pelo menos, era diretor da Biblioteca Municipal.[...] E almoçava, comia ali no Paribar, ali na Praça Dom José Gaspar. Volta e meia, eu soltava uns versos. Eu era tão ousado: o que eu tinha dificuldade de pedir dinheiro em banco e de pagar minhas contas, eu tinha facilidade em me aproximar dos autores. Eu chegava, Sérgio Milliet comendo, eu levava um verso meu, e mostrava prá ele, enquanto ele estava comendo, no Paribar. Entende? O Menotti del Picchia, eu fui entrevistado com ele, junto com ele; eu fui entrevistado junto com o filho do Oswald de Andrade. Tive a ousadia de improvisar um piano, ao vivo, em televisão. Eu fiz isso. Improvisei. Me deram um tema e improvisei, na hora. No Canal 4, se não me engano, que era ali na [rua] Sete de Abril. Então, eu era muito ousado. Me ajudou muito.[...] Eu conhecia os autores. Alguns autores, antes de morrer, eu fiz questão de conhecer, como o Cassiano Ricardo. Fui atrás dele. Conheci o Manuel Bandeira, velhinho, surdo. Fui ao Rio atrás dele, mas não o encontrei. Acabei conhecendo aqui em São Paulo – conhecendo não: encontrando. E a Hilda Hilst, a Lygia Fagundes Telles etc.[...] Rui [de Moraes] Apocalipse, que morreu cedo, um poeta que eu admirava. Eu não me esqueço que Rui Apocalipse, que escreveu *Papoula dos Sete Reinos...* um dos momentos melhores da minha vida foi quando eu morando muito pobremente ali na Alameda Nothmann [...] aí já estava no Estadão, já tinha conseguido morar um pouco melhor, mas ainda estava bem modesto; comecei a fazer minha biblioteca ali naquela época, pelo menos – eu consegui levar uma tarde o Rui Apocalipse à minha casa. Nossa, eu fiquei todo feliz! Quando o Rui aceitou de ir tomar um café lá em casa. Então minha vida era isso. Eu gostava! [...] Existe um certo segmento de negros, que por motivos vários estão frequentando entidades, estão indo a palestras, estão tentando fazer uma vida intelectual etc. É importantíssimo.[...] Cada vez que o negro brilhasse, aparecesse, era importante para nós. Não importa em que setor, esporte... E a Carolina brilhou muito! E como escritora! [...] Aí, o livro caiu como uma bomba! Por vários motivos. Era uma preta favelada – fosse eu, não teria impacto assim. Fosse eu, revisor do Estadão? Pif![risos] Claro, né! - Favelada, trazendo com drama coisas extremas, fatos extremos, de dramaticidade extrema... Tem histórias ali que são... Aquele menino que come aquela carne mal assada e depois fica todo estourado! E outros fatos, né? E o livro dela... E a editora também, né? A Editora Francisco Alves tinha um bom nome que... e o livro repercutiu mundialmente.[...]²

No caso do grupo negro organizado, é possível afirmar que, dados os eventos das décadas anteriores, em algum momento ele teria de chegar a uma radicalidade maior de suas ideias, levando ao dilema *integração* e *conflito*. Se fazer história significava realmente fazer sentido, este só estaria plenamente em atuação caso a História fosse duramente questionada – e os sujeitos sociais impelidos a se posicionar face a esses

² Entrevista de Oswaldo de Camargo concedida a Mário Augusto Medeiros da Silva em 29/07/2007, São Paulo. Camargo iniciou suas atividades na ACN e em 1959 publicou o livro de poemas *Um homem tenta ser anjo*, autoeditado. Em 1961, os *15 Poemas Negros* são editados pela Série Cultura Negra, criada pela ACN, com prefácio de Florestan Fernandes. Em 1972, lança o livro de contos *O carro do êxito*, pela Martins e, depois, a novela *A descoberta do frio*, pelas Edições Populares, em 1979. A partir do final dos anos 1950, trabalha como jornalista no grupo O Estado de São Paulo, onde se aposentou. Em 1977, convidado por Marcos Faermann, cria, com Hamilton Cardoso e Jamu Minka, a seção Afro-América Latina, do jornal *Versus*, considerada um dos marcos do ressurgimento do movimento e literatura negros contemporâneos. Nos anos 1980 retoma os trabalhos de poesia e de antologias, com *O estranho*(1986), *A razão da chama* (1986) e *O negro escrito* (1987). Atualmente é consultor do Museu Afro-Brasil.

questionamentos. Mas isso é apenas uma inferência. A explicação para ela não ter se realizado plenamente está no desenrolar da própria história política brasileira, bem como na crise do associativismo cultural negro. De um lado, tem-se o golpe de Estado que desmobiliza e enfraquece diferentes ações políticas e culturais, entre elas as negras; de outro, disputas e impasses internos ao ativismo, que encerram projetos e ações.

Não existe possibilidade de explicar simples e rapidamente o fato de que um escritor, como Camargo, que mostrasse seus poemas a Milliet, conhecesse Guilherme de Almeida, Lygia F. Telles e Hilda Hilst etc., como ele rememora mas que, para publicar seus trabalhos, o fizesse como *edição do autor*, quase sempre. O mesmo escritor que teria acesso fácil ao diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, por exemplo, não teria acesso a editoras. A mesma associação [ACN] que conseguia algum grau de circulação entre intelectuais nacionais e estrangeiros, não conseguisse manter regularmente seu pagamento de aluguel. Assim se explicam entraves alheios à vontade dos escritores e ativistas e não um problema de fundo e muito maior.

A ACN e os escritores que a orbitavam teriam clareza de que o empreendimento coletivo político-cultural negro estava confinado, naquele momento, a um lugar socialmente marcado, apesar das disposições, ao que parecem, democráticas, de seus interlocutores não-negros? Difícil afirmar, tanto quanto se eles teriam percebido o *exotismo* requerido de um escritor negro, para sua recepção positiva no cenário intelectual. Daí, talvez, o conflito interno na Associação à recepção da figura de De Jesus, mãe solteira com três filhos de pais distintos, o que iria de encontro ao ideal associativo de “elevar” moral e culturalmente o negro; bem como a contraposição que Camargo faz, acertadamente, em suas memórias, entre ele e aquela escritora. Individualmente, o escritor negro é aceito na cena intelectual se tiver o traço marcado do exótico. Coletivamente, seu projeto e seu lugar são marcadamente limitados, dificilmente alcançando as posições almejadas.

Tendo isso em vista, chega-se a um impasse, cuja explicação é desafiadora: *Por que não foi das frações do grupo negro organizado, em São Paulo, que algo semelhante a um Quarto de despejo foi gestado? Não havia ali a potência criadora? Escritores em número razoável e melhor preparados, intelectual e literariamente, unidos em experiências políticas capazes de lhes proporcionar o grau ácido de expressão crítica referentes à Nova*

Abolição, à liberdade e emancipação plenas? Então, por quê não foi entre eles que Carolina Maria de Jesus surgiu?

Surpreendente e não sendo uma surpresa – mas, talvez, uma *expectativa latente dos fatos históricos* – a um só tempo, com sua estreia, a autora de *Quarto* desnuda um dilema para a produção literária do escritor negro, naquele instante. Ela é um ponto de clivagem, uma cunha no discurso, um desafio para as expectativas literárias e sociais das ideias-força de revolta e protesto enunciadas até ali. Simultaneamente, ela questiona as figurações do desenvolvimento da metrópole emergente, explicitando uma modernidade precária, feita a complicados golpes enviesados de modernização, cujos custos, para os sujeitos desprivilegiados e subalternos, sempre são trágicos. Ela é o atraso falante e desconfiado das promessas de um futuro glorioso que se abriria, nos discursos do poder, a partir dos anos 1950. E é sobre ela, o primeiro sucesso de vendas de um escritor negro no século XX, que se irá tratar agora.

CENAS DE UM QUOTIDIANO SINGULAR E PLURAL

*“Um dia perguntei a minha mãe:
– Mamãe, eu sou gente ou sou bicho?
– Você é gente, minha filha
– O que é ser gente?
Minha mãe não respondeu.”
(Jesus, 1986, p. 10)*

O diálogo travado na epígrafe acima pode assumir o grau de síntese de longas passagens da vida de Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Ele é, como grande parte de sua produção mais conhecida, uma reconstrução memorialística e autobiográfica. Considerando-o resumo da trajetória de De Jesus é a partir dele que se procurará entender aspectos iniciais do percurso dessa escritora. Eles se coadunam com discussões sobre a trajetória do grupo negro no pós-abolição.

Vale alertar que, com esse diálogo, se começa pelo fim. A conversa entre Carolina e sua mãe, dona Cota, remetendo à infância, foi publicada em 1982, na França, e em 1986, no Brasil, cinco e nove anos após o falecimento da escritora, respectivamente; e foi elaborado quando a autora já era uma ilustre esquecida no cenário literário. Faz parte do póstumo *Diário de Bitita (Journal de Bitita)*, nome dado por duas jornalistas que, em meados de 1970, recolheram depoimentos de mulheres ligadas às mais variadas

atividades culturais para o livro *Brasileiras: voix, écrits du Brésil*³. De Jesus recriou suas memórias infanto-juvenis, sem jamais vê-las publicadas e tendo o trabalho final de editoração de Clélia Pisa e Maryvonne Lapouge permitido que o relato fosse lançado na coleção *Téimognages [Testemunhos]*, da editora francesa Métaillé.

Tendo escrito essas memórias já na fase adulta (e, presume-se, madura da vida), sendo acrescidas dessa iniciativa interessada das jornalistas que a procuraram, em 1975, para entrevista, é de se esperar que existam contaminações e urgências desse presente que justifiquem um determinado tipo de reconstrução do passado. Como afirmam suas biógrafas, Eliana de M. Castro e Marília N. da M. Machado acerca de *Diário de Bitita*:

Obviamente, há elementos de fantasia na percepção da própria infância. Por isso, pode-se falar de uma construção autobiográfica com conteúdos ficcionais. A distância, geográfica e temporal, permite uma visão panorâmica da própria vida e, ao mesmo tempo, convida a uma idealização de si e de membros da família. Ao lado de lembranças quase idílicas do passado, relatos muito amargos e revolta contra a injustiça e preconceito. (Castro e Machado, 2007, p. 16)

Sendo a memória um tipo de ficção e a escritora uma profícua memorialista da Literatura Negra, era esperado que isso ocorresse e que se tenha de tomar certos cuidados. Voltar-se-á a isso mais adiante. Por ora, através do *Diário de Bitita* – que não é dividido como os diários publicados por Carolina, mas sim em 22 capítulos de prosa contínua, fragmentados internamente pelo fluxo das recordações – é que se encontrará elementos da infância de De Jesus e percepções de sua vida e família em Sacramento, interior de Minas Gerais, até sua chegada definitiva a São Paulo, nos anos 1930, já moça.

De Jesus nasceu numa família extensa, tendo seu avô materno, Benedito José da Silva, sido descendente direto de escravos e contemplado pela Lei do Ventre Livre. É figura central e idealizada em suas memórias. Ele teve oito filhos, quatro de cada sexo, e nada fala De Jesus a respeito de sua avó materna ou parentes paternos. A mãe da futura escritora se chamava Maria Carolina, conhecida por todos como Cota. Nas memórias da

³ “Sobre a infância de Carolina, a maior fonte de informações é o seu livro póstumo, *Diário de Bitita*. A história desse livro é interessante. Em 1975, duas jornalistas vindas de Paris, uma brasileira Clélia Pisa, e outra francesa Maryvonne Lapouge, entrevistaram Carolina em São Paulo, pois estavam recolhendo testemunhos de mulheres brasileiras ligadas às mais variadas atividades.[...] Carolina, já esquecida pelo público e pela mídia, sentiu nesse encontro um vislumbre de esperança e entregou-lhes dois cadernos manuscritos, contendo relatos de sua infância e poesias. De volta a Paris, as jornalistas fizeram um importante trabalho de editoração do manuscrito, visando o público francês e evitando o excesso de notas de rodapé. Após a seleção dos textos, cortes e tradução, conseguiram publicar o *Journal de Bitita*[...]. Carolina acreditou nas duas jornalistas, que se sentiram “moralmente responsáveis, porque era uma coisa de confiança dela.” Somente em 1986 a Nova Fronteira publicou uma tradução do texto francês, *Diário de Bitita*.” Cf. Castro e Machado, 2007, p. 15.

filha, um casamento infeliz a levou a ter um relacionamento extraconjugal, do qual nasceu a autora de *Quarto de despejo*, a 14 de março de 1914, como bastarda e abandonada pelo pai e o marido oficial de sua mãe. Isso, em sua rememoração, a leva a diversos conflitos com Cota.

A maior parte dos filhos de Benedito José da Silva eram casados e tiveram muitos descendentes, criando-se uma parentela negra considerável em Sacramento. De acordo com Eliana Castro e Marília Machado, a cidade foi fundada em 1820, fruto do *bandeirantismo paulista* [sic], próxima ao estado de São Paulo, através do município de Restinga. Sua base econômica era o café e embora tenha se desenvolvido em função dele, até as primeiras décadas do século XX possuía apenas duas ruas grandes e outras dezoito espalhadas pela cidade, constituindo-se numa localidade com pessoas de posses, mas provinciana. Os pobres moravam nos arredores mais afastados, alguns sem água próxima, obrigando-os a carregá-la por longas distâncias. De Jesus e sua mãe moravam numa área como essa, próxima ao avô materno, num terreno que ele comprara para “*não deixar os seus filhos ao relento*” (Castro e Machado, 2007, p. 7).

Na composição memorialística de De Jesus, o lugar social dos pobres e negros é bem delimitado, constituindo-se numa espécie de confinamento histórico. Em diversos momentos, a personagem tece considerações sobre a vida social dos moradores de Sacramento, exemplificados nos excertos abaixo, demonstrando que ser pobre e negro era motivo para apreensão e punição quase imediata na cidade:

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filúcias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer “Sabem com quem você está falando?” para mostrar a sua superioridade.[...] Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira e outros porqueiras que vieram do além-mar.[...] Mas a mãe, negra, inciente e sem cultura, não podia revelar que o seu filho era neto do doutor X ou Y[...] O pai negro era afônico[...] E se o doutor Oliveira que estudou em Coimbra dissesse [Negro ladrão!] aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado, era um ladrão.[...] E não se reabilitava jamais. E o preto era regional, não tinha coragem de deixar o seu torrão natal. Ficava por ali mesmo e transformava-se em chacota da molecada. (pp. 34-35)

[...] os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô, com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas.[...] Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiam. Para mim, aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos

cães[...] Os oito filhos do meu avô não sabiam ler. Trabalhavam nos labores rudimentares. O meu avô tinha desgosto porque os seus filhos não aprenderam a ler [...] É que na época que os seus filhos deveriam estudar não eram franqueadas as escolas para os negros[...] (pp. 55-57)

[...] Aos sábados, os policiais apertavam-se. Eles colocavam um cinturão por cima da túnica. Era a prova de absoluta autoridade. Os pretos ficavam apavorados. As mulheres pretas saíam, iam nas vendas retirarem os seus filhos e seus esposos. Como é horrroso suportar uma autoridade inciente, imbecil, arbitraria, ignorante, indecente e, pior ainda, analfabeta. Não conheciam as regras da lei, só sabiam prender[...] (p. 89)

[...] Com os pretos velhos os meninos não mexiam, porque eles diziam que conheciam um homem que virava lobisomem e mula-sem-cabeça. Foi o único meio que os pretos velhos arranjaram para ter sossego. (p.92)⁴

A menina De Jesus estudou durante dois anos numa escola de orientação espírita kardecista, em Sacramento. O Instituto Allan Kardec foi fundado pelo médico Eurípedes Barsanulfo em 1907. Suas biógrafas afirmam que

“[...] Carolina aprendeu a ler, escrever e a contar, ao mesmo tempo em que recebia ensinamentos de espiritismo[...] Os poucos dois anos de estudos foram decisivos para sua vida. Poderiam facilmente não ter acontecido. Em Sacramento havia um grupo escolar público, mas não se cogitou sua entrada nele” (Castro e Machado, 2007, p. 19).

De acordo com a escritora, apesar de não ter recursos, sua mãe a matriculou no colégio a pedido de uma senhora, seguidora da doutrina espírita e benemérita da instituição (e quem talvez tenha custeado a educação da menina). De Jesus assim justifica o ato de sua mãe, aos seus sete anos, por volta de 1921: *“Minha mãe era tímida. E dizia que os negros devem obedecer aos brancos, isto quando os brancos têm sabedoria. Por isso ela devia enviar-me à escola, para não desgostar a dona Maria Leite”* (Jesus, 1986, p. 123).

Aqui ocorre um primeiro momento decisivo na vida da futura escritora. Esses dois anos de instrução formal lhe garantirão o equipamento cultural de que ela poderá dispôr para toda vida. Aliada a uma curiosidade inata e à relação passional com a leitura⁵, estão dadas as condições para que De Jesus exercite seu aguçado senso de observação e o passe para o papel. Todavia, apesar do entusiasmo que a leitura e a escola provocam na menina, dona Cota, que a criou sozinha desde o nascimento, aceitou o convite do forasteiro José

⁴Todas as citações anteriores: Jesus, 1986.

⁵ O momento em que descobre ter aprendido ler é rememorado de maneira a dar o tom da importância do ato: *“[...] percebi que já sabia ler. Que bom! Senti um grande contentamento interior[...] Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. O livro enriquece o espírito. Uma vizinha emprestou-me um livro, o romance *Escrava Isaura*. Eu, que já estava farta de ouvir falar na nefasta escravidão, decidi que deveria ler tudo que mencionasse o que foi a escravidão”* (Jesus, 1986, p. 126).

Romualdo para que ambas fossem morar com ele, numa fazenda em Uberaba, constituindo família e braços para o trabalho na roça⁶, mesmo que interrompesse os estudos de De Jesus.

Apropriadamente, as biógrafas de De Jesus afirmam que aqui se inicia um período de *deambulação compulsiva* ou *sofreguidão deambulatória* para os três inicialmente e, mais tarde e mais forte ainda para Carolina, executando longas distâncias precariamente a pé. De Uberaba, na fazenda do Lageado (MG), onde permanecem quatro anos, para Restinga e Franca (SP), compondo um roteiro de humilhações e explorações, sob o jugo de administradores e donos de fazendas. Intercalam-se essas viagens com fugas de volta a Sacramento. A síntese de sua visão sobre a figura do fazendeiro neste período é afirmar que se trataria de “*um ladrão legalizado*”.

Em Sacramento, em todos os retornos, as coisas não vão bem. Mãe e filha acabam ficando sós, sem emprego e De Jesus padece de feridas nas pernas. Novas humilhações e viagens, agora procurando tratamento médico, além de trabalho, retornando a Uberaba, o centro mais próximo. Nesse meio tempo, ocorre a Revolução de 1930. De Jesus está então com 16, 17 anos e toda essa bagagem de vida. De Uberaba, a jovem segue para Ribeirão Preto, Jardinópolis, Sales de Oliveira e Orlândia, cidades do interior paulista, morando em asilos, trabalhando em conventos e Santas Casas, viajando a pé, dormindo nas praças e estradas e, segundo suas memórias, sendo rechaçada por parentes que moravam naqueles municípios.

A partir de sua entrada em Ribeirão Preto, passando pelas cidades vizinhas, São Paulo e os paulistas passam a ser um ponto fixo de interesse nas memórias da autora. As cidades paulistas do interior por onde passou são lugares onde De Jesus é tratada um pouco melhor, encontrando remédios para sua enfermidade e algum pagamento por seus serviços domésticos. O trajeto entre Sacramento e os municípios paulistas se constituiu noutro momento decisivo em sua rememoração. A personagem começa a apreciar a vida em cidades maiores e a não querer mais morar na zona rural. Seu esforço narrativo é demonstrar São Paulo como um norte de progresso e realização para a jovem que entraria na segunda década de vida com perspectivas pouco menos empolgantes que ser uma andarilha, doente, mendicante ou serviçal. Pela datação de suas memórias, trata-se

⁶ “Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber meu diploma[...] Minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava”. (Idem, ibidem, p. 128).

de 1936, De Jesus tem 22 anos, inquieta por querer saber como é a vida num grande centro; e se este poderia lhe oferecer algo mais que a exploração, o serviço de limpeza, a lavoura e a vida ser algo além de “*um teatro de agruras*”, como lhe advertiu uma religiosa.

O último passo antes de ir definitivamente para a capital paulista é a passagem por Franca, novamente. Aí De Jesus passa por vários trabalhos que não a satisfazem. Um dos melhores é na Santa Casa da cidade, na cozinha das religiosas, onde ganha muito bem e se diverte muito pouco. Abandona-o e, por fim, trabalha como empregada doméstica numa casa onde ganhará muito menos que antes. Mas a visão da partida do filho de sua patroa à capital, para estudar e ser alguém, e a busca de novas oportunidades (culminando em novos empregos, como o último, no qual uma professora precisava de empregada para morar em São Paulo), fecham o ciclo errante. Em suas memórias, a escritora formula as seguintes imagens sobre a cidade em que moraria de 1937 a 1977 e que a tornaria famosa:

[...] É em São Paulo que os pobres vão viver, é em São Paulo que os jovens vão instruir-se para transformar-se nos bons brasileiros de amanhã[...] Fiquei pensando na minha família, eram todos analfabetos e não poderiam viver nas grandes cidades. E a única coisa que eu poderia fazer por eles era ter apenas dó[...] Até que enfim, eu ia conhecer a ínclita cidade de São Paulo! Eu trabalhava cantando, porque todas as pessoas que vão residir na capital do estado de São Paulo rejubilam como se fossem para o céu[...] Quem sabe ia conseguir meios para comprar uma casinha e viver o resto dos meus dias com tranquilidade... (Jesus, 1986, pp. 200-203)

“*O mundo é um teatro de agruras*” (p. 151). A frase é dirigida à personagem de *Diário de Bitita* em sua perambulação pelo interior paulista, de uma freira que aconselha a sossegar e a não se iludir com a vida. A tônica dominante de suas memórias aparece nessa expressão e conforma o leitor de *Bitita* a se convencer de que para negros e pobres, no período narrado, a vida operava desfavoravelmente e como um confinamento histórico-social, cuja referência temporal é a escravidão. Quando De Jesus nasceu não haviam se completado ainda três décadas do decreto da Abolição. Não raras vezes, nos fragmentos de suas memórias, há alguém de posses capaz de impor suas vontades pela força e violência, ou com *saudades do tronco*. Se sofrem de deambulação compulsiva Carolina e sua mãe, negros e pobres, é porque não encontram um lugar no mundo que lhes convenha e que não lhes seja inóspito, adverso, com perspectiva trágica.

A grande cartada (e de alto risco) de De Jesus é mirar para São Paulo, lugar para onde convergem paulatinamente suas aspirações, à medida que crescem as cidades de

seu caminho errante. Ali ela não tinha conhecidos, à exceção de algumas amigas e de um tio, preso na Penitenciária do Estado, desde 1923. Entretanto, para São Paulo parecem convergir todos os que tenham sonhos como ela, aos 24 anos, em suas memórias, que queiram ser algo além de negros (entendidos como escravos), pobres (vistos como descartáveis) ou massa de trabalhadores rurais e domésticos. A capital paulista assume o caráter de ponto de fuga, capaz de lhe proporcionar a possibilidade de escapar a um destino pré-determinado, rumando ao encontro do que se denominou por *ideologia do progresso*, como analisado por Florestan Fernandes, acerca da mitificação da capital. A cidade é o espaço social dos direitos, da permissão de fala e da denúncia. Será onde o grupo social negro organizado e, particularmente, De Jesus poderão se realizar de alguma maneira, individual e/ou coletivamente, num projeto.

As cenas iniciais de sua vida podem assumir, portanto, *caráter singular plural* para o negro no pós-abolição: migrante rural, semi-analfabeta ou com instrução formal truncada e, como se verá a seguir, em São Paulo, moradora de cortiços, posteriormente favelas, ora como mão de obra explorada ou como parcela significativa do lumpensinato. No estudo que empreendeu para sua tese de livre-docência na USP, logo após e valendo-se ainda dos dados coligidos, com Roger Bastide, para *Branços e negros em São Paulo* (1958), Florestan Fernandes, como afirma na epígrafe utilizada neste texto, tem como interesse inicial analisar como o Povo emerge na história brasileira. Em meio a ele, o contingente humano que teve o pior ponto de partida na ordem social competitiva, os negros. Para tanto, tomará a cidade de São Paulo como unidade empírica de investigação⁷, isolando o *protagonismo do sujeito social negro* no pós-abolição, articulando-o a diferentes esferas da vida social, econômica e cultural em que se realize o regime de classes. O sociólogo afirma que:

A desagregação do regime escravocrata senhorial operou-se, no Brasil, sem que cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo

⁷“A escolha de São Paulo como unidade da investigação explica-se naturalmente. Ela não só é a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração sócio-econômica do regime de classes. É, também, a cidade brasileira na qual a revolução burguesa se processou com maior vitalidade, segundo a norma do Trabalho-Livre, na Pátria-Livre. Além disso, em virtude de peculiaridades sócio-históricas, nela o “negro” só adquire importância real tardiamente e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional.” Cf. Fernandes, 1978c, p. 10.

prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. *O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.* (Fernandes, 1978c, p. 15. Grifos meus)

Na organização literária das memórias de De Jesus, a cidade de São Paulo afunila-se como um horizonte único, como se não tivesse condições de optar por outro caminho ou se todas as alternativas viáveis convergissem para essa espécie de *terra prometida*. É interessante observar, a partir deste ponto, como se podem iluminar mutuamente a análise do sociólogo uspiano e a percepção da escritora sobre as condições objetivas da vida do grupo negro nessas primeiras décadas após a Abolição, na capital paulista. Cabe ressaltar que não se trata de procedimento analítico vulgar, para que o discurso literário comprove o sociológico ou vice-versa. Ao contrário: trata-se de uma aproximação de perspectivas, objetivando-se demonstrar dimensões de uma realidade sócio-histórica, apreendidas em momentos e situações distintos, mas com pontos comuns, talvez com sensibilidades semelhantes. Se entre o processo social e o mundo ficcional há diálogo possível – e é neste pressuposto que esta tese se assenta – questionar em que medida ele ocorre e, especialmente, com que apuro formal e consequência narrativa se dá, é o que interessa aqui.

Fernandes, por exemplo, estava particularmente atento às manifestações do protagonismo negro naquela realidade, inclusive na arena cultural. Tanto que, para além de suas ligações com o ativismo negro paulistano (fundamentalmente com a ACN), o autor cita os trabalhos de Carolina Maria de Jesus em *A integração do negro*, o que será comentado mais adiante.

INTEGRAÇÃO DO NEGRO À SOCIEDADE DE CLASSES

“Quando chegamos o dia estava despontando e estava chovendo. Fiquei atônita com a afluência das pessoas na Estação da Luz [...] Nunca havia visto tantas pessoas reunidas. Pensei: “Será que hoje é dia festa?””. Aos 23, 24 anos, em 31 de janeiro de 1937, em suas memórias, são essas as primeiras impressões que a jovem De Jesus tem da cidade de São Paulo. Estupefata com o fluxo de pessoas no ponto nevrálgico de chegadas e partidas da capital, a jovem acredita que, de alguma maneira, terá a oportunidade de ser alguém na nova terra, uma vez que “Olhava aquele povo bem vestido: “Será que todos eles são ricos?”

*Olhava os brancos: estavam bem vestidos; olhava os pretos: estavam bem vestidos. Os que falavam, tinham dentes na boca e sorriam.*⁸. De acordo com suas biógrafas, em seus primeiros dias na capital e ainda a serviço da família francana que a trouxera, a escritora começa a conhecer a cidade e ter suas aspirações confrontadas com a realidade e seu turbilhão:

Nos dias que se seguiram, depois de procurar as amigas que lá estavam, ficou sabendo que a maioria das pessoas que vira eram operários das fábricas situadas no centro, não longe da Estação da Luz. Iam, quase todos, a pé para o trabalho: homens, mulheres e crianças. Não demorou também a conhecer o lugar em que moravam famílias inteiras, em pequenos cubículos alugados em alguma das inúmeras habitações coletivas centrais.[...] Ao lado de pastagens de vacas, avenidas com construções ricas eram interrompidas por barrancos, entre os quais casebres de estrutura de bambu, moradia de famílias pobres e negras, erguiam-se em meio a bananeiras, torrentes lamacentas e esgotos a céu aberto. [...] Aos olhos de Carolina, esses espaços tão desiguais eram desafiantes e, como ela própria, ambíguos e contraditórios[...] Não foi São Paulo que a fez tão geniosa e instável. Esses atributos já haviam viajado com ela[...] Com esse gênio, não custou a Carolina perder seu primeiro emprego, na casa dos patrões com quem viajara[...] Nos tempos que se seguiram, fez amizade com os colegas do Albergue Noturno, da sopa da Sinagoga da Rua Casemiro de Abreu, do pão da Igreja Imaculada Conceição[...] Encontrou outro emprego de doméstica. Mas nunca lhe agradou limpar a sujeira dos patrões. Gostava de sair à noite, de namorar, dançar, cantar, declamar.[...] Acabava desempregada de novo, no abrigo noturno, na fila da sopa e do pão.[...] Conheceu por dentro a vida dos cortiços [escreve sobre ela no romance *Pedaços da fome*, publicado em 1963] [...] como de resto dos habitantes de São Paulo na década de 1930[...] morou também “num cubículo sórdido da antiga favela dos baixos do viaduto Santa Ifigênia” e dormiu sob os pórticos dos grandes prédios. Mas nada a cansava naqueles primeiros anos, nada a dissuadia de continuar na grande cidade que a aceitara. (Castro e Machado, 2007, pp. 25-28. Colchetes meus)

A vida instável e vacilante pode ser atribuída tanto pelo que se conta de seu temperamento quanto pelas condições estruturais oferecidas a alguém com sua origem social. Atendo-se ao segundo ponto, há um intervalo de aproximadamente três anos entre sua chegada a São Paulo e suas primeiras manifestações literárias, como ela rememora (1940). Nesse meio tempo, a luta pela sobrevivência passa a fazer da autora o *típico morador pobre da cidade em seus anos iniciais*, como já afirmara Florestan Fernandes a seu próprio respeito⁹: depauperado, encortiado, vivente de cubículos e habitações

⁸ Esta e a citação imediatamente anterior, ver Bom Meihy e Levine, 1994, p. 185.

⁹ “[...] tornei-me o típico morador pobre da cidade na década de 20, que só era urbano pela localização espacial e pela relação tangencial com o sistema de trabalho. Todos éramos rústicos e desenraizados, mesmo os que procediam do interior do estado de São Paulo, e todos estávamos aprendendo a viver na cidade, mesmo os que, como eu, nasceram dentro de seus marcos e de seus muros.[...] Portanto várias “cidades” coexistiam lado a lado, dentro do mesmo espaço urbano, que não impunham nenhuma idade cultural, mas harmonizava, horizontalmente, os contrários que se toleravam sem se comunicarem” Cf. Fernandes, 1977, p. 144.

precárias, com baixa escolarização. Mas, participando precariamente de aspectos possíveis da vida social. Esses anos que se seguirão, entre 1940 e 1947, serão igualmente decisivos para a análise da autora. Aí estará a gênese de *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, e um dos exemplos mais claros do drama social que se constituiu a integração do negro à sociedade de classes, bem como suas consequências.

Colocando De Jesus em situação, no entanto, em relação às parcelas do grupo negro organizado da capital paulista, ver-se-á que ela chega à cidade no momento em que as primeiras manifestações conhecidas e as radicalizações mais agudas estão desbaratadas pelo golpe de novembro de 1937. Isso impede qualquer contato político-cultural mais estreito, a não ser aquele fruto do ocasional. E se pode inferir que, dado o clima de desmanche geral, as condições do encontro não seriam as ideais para impulsionar ou conscientizar algum tipo de veleidade literária. As memórias de José Correia Leite relatam, nesta perspectiva, o primeiro encontro de De Jesus com a sua fração do grupo negro:

[...]Paralisado o Movimento Negro na cidade, a minha casa passou a ser uma espécie de quartel-general dos assuntos de negro. Qualquer coisa que acontecia no meio negro estourava na Rua Augusta. [...] Um dia [por volta de 1937/38] apareceu em casa [na rua Augusta] um poeta negro, com o nome de Emílio Silva Araújo. Era um poeta baixinho e muito esperto, mas a preocupação da poesia dele era a miscigenação. Ele fazia poesia sobre a mulata. Ele tinha um poema muito bonito chamado “Eufrosina”, que ele gostava de declamar. Era um sujeito meio desajustado e gostava de ser chamado de “Garouche”, em referência a um personagem dos “Miseráveis” do Victor Hugo.[...] Um dia ele apareceu de braços dados com uma negra.

-Está aqui uma poetisa que descobri. Eu encontrei com ela na porta da Igreja da Consolação e trouxe pra cá, para vocês ficarem conhecendo o trabalho dela. - disse o Emílio.

E ela abriu um caderninho e mostrou umas poesias. [...] Nós tínhamos lá sempre uns grandes almoços. Aos domingos, se reuniam o Góis e aquela moçada toda para bater papo, já que não se podia fazer nada. E nós ficamos, naquele dia, ouvindo a declamadora, a poetisa que o Silva Araújo tinha levado. Quando perguntamos o nome dela, ela respondeu que se chamava Carolina de Jesus, a mesma que mais tarde escreveu o *Quarto de despejo*. Ela já era nossa conhecida desde aquela época. Só que ela não fazia poesia que falasse de negro, ela nem tinha essa consciência, nem mesmo quando fez o *Quarto de despejo*. Nunca teve consciência de negra. A poesia dela, na época, era muito colorida, mas sem nenhuma conotação de origem, de raça. (Leite e Cuti, 1992, p. 138)

Será mesmo? Que tipo de consciência serviria ao meio negro naquele momento? Aquela já *pronta*, experimentada e cônica dos desafios correntes? Mas não a de uma recém-chegada poetisa que nem mesmo sabia o que o termo *poetisa* significava. Contudo,

*como nasce uma consciência?*¹⁰ Da condição do explorado, subalterno e menorizado? Trata-se de um processo, por vezes, de longa duração ou fruto de um evento de impacto marcante e trágico. De Jesus poderia não ter expresso sua visão de mundo ainda sob esta ótica, no grau de maturidade que lhe cobraria alguém, à ocasião, com quase duas décadas de militância diuturna. Entretanto, se acreditarmos na racionalização de sua memória infante-juvenil, pode-se dizer que os dados já estavam lançados, desde os primeiros momentos de entendimento das condições sociais adversas suas e de sua família. E é fato que se possa incorrer na armadilha de encontrar a escritora Carolina M. De Jesus na sua personagem infantil, criando-se assim uma linearidade de uma história de vida justificante, da qual já nos advertira Pierre Bourdieu, em *A ilusão biográfica*.

Indo por outro caminho e adotando-se esse intervalo de 1940 a 1947 como os anos de formação de *Quarto*, pode-se demonstrar que a potência da expressão pela qual De Jesus seria posteriormente conhecida a permitira chegar ao ponto requerido por Correia Leite e seus companheiros, mas não exatamente como eles gostariam, como já visto.

Se o encontro com o velho militante ocorre por volta de 1937, é em 1940, segundo a escritora que se lhe apresenta, de maneira sistemática, a vontade de escrever. O intervalo de três anos entre as datas não menoriza o fato de um princípio de autoexposição de De Jesus, levando-a a uma parcela do meio negro e que a faria se mostrar a conhecidos e desconhecidos, chegando, finalmente, em 1941, à redação da

¹⁰ Vale lembrar esta passagem de Fernandes: “Os informantes negros e mulatos deixam entrever, por sua vez, que houve relativa demora na formação de uma consciência independente e realista da situação em que se achavam. *Os que se viam compensados pelo êxito obtido, por conta própria ou sob a proteção do branco, não sentiam obrigações morais perante a massa de companheiros largados na maior miséria e degradação. Revoltavam-se seguidamente diante de sua subserviência e passividade; e cuidavam, acima de tudo, de demarcar nitidamente, a separação que já se esboçava entre a nascente “elite de cor” e os “negros reles”, empenhando-se em reproduzir como podiam o mundo dos brancos aristocratas da era da escravidão. Os outros, submergidos no submundo da ralé urbana, aguardavam a “segunda Abolição”.* O seu único apanágio era a liberdade, com a qual não sabiam o que fazer, embora constituísse sua preocupação absorvente.[...] Como agente histórico privado de condições para afirmar-se positivamente e canalizar construtivamente a sua afirmação, esse “preto” encontrava na liberdade plena, total e suicida – na liberdade polarizada negativamente: não fazer, não compartilhar e não identificar-se consigo mesmo ou com os outros (fossem a “sua” mulher ou os “seus” filhos) – o único sentimento real e indestrutível de posse do ser. [...] *Em suma, um segmento pequeno e relativamente exclusivista da “população negra” predispunha-se ao inconformismo construtivo e começava a forjar uma consciência realista da situação de contato, tendo em vista os interesses do negro nos processos econômicos, sociais e políticos. Mas, por sua vez, afastavam-se da realidade e do presente. Ansiavam por um estilo de vida que não se coadunava sequer com os propósitos dos brancos estrangeiros, que construía sua independência sem atentar para os padrões de decoro das antigas camadas senhoriais; e negavam, como os próprios brancos, sua solidariedade diante dos verdadeiros componentes da “ralé negra da cidade”, afastando-se e envergonhando-se dela, como se todos não tivessem um destino e uma causa comuns”* Cf. Fernandes, 1978a, pp. 84-86, grifos meus.

Folha da Manhã, para apresentar seus versos, seguindo o conselho de um amigo, como escreve em suas memórias.

Dia cinco de fevereiro de 1941, eu fui na Redação das Folhas, na Rua do Carmo. Falei com o distinto jornalista Vili Aureli. Mostrei-lhe os meus escritos e perguntei o que era aquilo que eu escrevia. Ele olhou-me minuciosamente, sorriu e respondeu-me: – Carolina, você é poetisa! Levei um susto, mas não demonstrei[...] Pensei: Ele disse que sou poetisa, que doença será esta, será que isto tem cura? Será que vou gastar muito dinheiro para curar esta enfermidade? [...]¹¹

O *duvidoso encontro*¹² com Willy Aureli, jornalista e sertanista de renome, rememorado simultaneamente, de maneira triste e engraçada, fez com que a autora fosse se informar sobre o que era ser poeta (descobre-o num bonde) e entrever que eles, os criadores de poesia, escrevem livros, o que a faz entrar em pânico. “*Eu não tenho condição de ser escritor. Não estudei! [...] Transpirei por saber que era poetisa e não tinha cultura e era semi-alfabetizada[sic]*”. A autora toma a providência de entrar numa livraria e adquirir livro de poeta, tendo recebido do livreiro as *Primaveras*, de Casemiro de Abreu, romântico de segunda geração. Afirma a crítica literária Marisa Lajolo que já aí a estética era defasada e “*O caso é que ninguém teve a fineza de informar a Carolina que a poesia brasileira[...] desde os arredores dos anos vinte estava farta do lirismo que ia averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo*” (Lajolo, 1996, pp. 52-53). De fato. Entretanto, quem o poderia tê-lo feito? Até mesmo o meio negro de São Paulo ignorava o Modernismo de 1922, não por desconhecimento, mas por opção estética. E quem se aproximaria, naquele momento, de uma desconhecida lúmpem-proletária? Não havendo sugestão alternativa, portanto, foi com esse instrumental que ela pôde escrever e se fazer ouvir.

OS ANOS DE ESPERA

A expressão é de Florestan Fernandes. E o recurso que se faz a ela neste momento do texto é anacrônico. Na organização da análise do autor, ela encerra o primeiro capítulo do primeiro volume de *A integração do negro*, em que o sociólogo tratará do período de

¹¹ Cf. Bom Meihy e Levine, 1994, p. 187. O mesmo episódio é discutido em Castro e Machado, 2007, p. 30.

¹² Após pesquisa no jornal mencionado pela autora, no dia e semana explicitados, nada foi encontrado, por este pesquisador, sobre o encontro. Suas biógrafas afirmam que “Há, entretanto, controvérsias quanto à data dessa primeira reportagem[...] Ela própria, no diário manuscrito de 04 de junho de 1958 mencionou 1940 como o ano do artigo na *Folha da Manhã*. Audálio Dantas [...] indicou 1946 como o ano da reportagem de Vili Aureli [sic] [...]” Cf. Castro e Machado, 2007, p. 30. Mantém-se, entretanto, a referência por se considerar importante para a (auto)reconstrução da trajetória da escritora e ser um ponto considerável de sua construção memorialista.

transição entre os séculos XIX e XX, do trabalho escravo ao trabalho livre; do processo imputado de marginalidade social após a Abolição e do fermento para as condições de uma ideologização do progresso paulista, baseado no branqueamento da população, através de estrangeiros; e da exclusão do negro, provocando um desajuste estrutural em relação ao processo de expansão urbana do estado e da capital na nova ordem, culminando igualmente com o revés das promessas e ideais republicanos e abolicionistas. Contudo, aquela expressão é a síntese dos argumentos do sociólogo nesse capítulo e do primeiro volume de seu estudo que, como o subtítulo anuncia, se dedica a perscrutar o *legado da raça branca*. O autor afirma que

Portanto, a análise sociológica da correlação entre a estrutura do mundo urbano nascente e as propulsões psicossociais do negro recém-egresso do cativeiro é deveras importante para entender-se não só o que “foi” mas, também, o que “viria a ser” a situação do negro na ordem social competitiva.[...] Sem exagero, este período da história social do “negro” na cidade de São Paulo merece ser considerado como o dos anos de espera. Os anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o “negro” a vencer-se e a sobrepujar-se, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o “negro” descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história. (Fernandes, 1978a, p. 97)

Os homens fazem a sua história mas não a fazem como querem. A análise de Fernandes parece remeter ao famoso início d’*O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, de Marx. Ser sujeito da própria história implica pensar num protagonismo social negro face às adversidades da nova ordem na cidade em transformação. O autor coloca o problema ao dizer, na página seguinte, que, nesses anos iniciais da abolição, negros e mulatos “[...] viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela [...]”. As implicações desse argumento são várias e exploradas em diferentes dimensões por sua análise: o estado de pauperização social; os problemas de organização da vida na cidade (do foco familiar, inclusive); *os efeitos psicossociais das condições de moradia (o nascimento dos cortiços, precursores das favelas)*¹³ e a permanência dos padrões tradicionalistas das

¹³ “Criou-se, com o tempo, toda uma mitologia sobre a miséria, a promiscuidade e o desamparo em que viviam, normalmente, uns três quintos da ‘população negra’ da capital nessa época. Tal mitologia circulava tanto entre os ‘brancos’, quanto entre os ‘negros’ e mulatos. Todavia, ela só fazia justiça parcial à realidade. As evocações que conseguimos reunir mostram quadros turvos, chocantes, quase inconcebíveis na cena histórica brasileira. A moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das consequências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto comum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto onde se abrigar[...] Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. [...] O locatário convencional de um, dois ou três quartos, com cozinha independente ou comum, era o chefe da família – a mãe solteira, o

relações raciais na nova ordem¹⁴, justificativa para o autor debater e refutar o mito da democracia racial, e o mecanismo de desigualdade social fundado no preconceito. O corolário da primeira parte do trabalho está expresso nas seguintes passagens

A discussão precedente evidencia, quanto aos principais aspectos das relações entre “negros” e “brancos”, que a ideologia racial imperante em São Paulo era, de forma típica, a ideologia de uma sociedade estratificada racialmente. Doutro lado, também demonstra de modo conclusivo que a formação e a expansão da ordem social competitiva, até o fim do período considerado (1930), ocorreram como processos histórico-sociais que afetavam, estrutural e dinamicamente, apenas a divisão ou categoria racial constituída pelos “brancos”. Ainda assim, a ideologia racial da sociedade de classes havia entrado em crise[...] O fato de tal ideologia estar em crise criou um estado de exacerbação, no ânimo das pessoas pertencentes aos círculos sociais dominantes, que favoreceu deveras o apego emocional a atitudes e a valores sociais obsoletos, ao mesmo tempo que intensificava a resistência à extensão de inovações na esfera das relações raciais. O “negro” subsistia como o único símbolo perene do poder, do fastígio e da condição “aristocrática” da maioria das “famílias gradas” ou de “prol”. A sua presença era como que o testemunho vivo de que uns foram “senhores” e outros “escravos” na ordem social recém-desaparecida.[...] *Enfim, se a ordem social competitiva não possuiu suficiente vitalidade para absorver os velhos padrões senhoriais de relações entre “brancos” e “negros”, ela pelo menos alargou o horizonte cultural dos homens, abrindo novas perspectivas à democratização dos direitos e garantias sociais na coletividade*¹⁵.

pai, o amásio da mãe ou o padrasto. Mas mesmo no caso de possuírem só um quarto, não havia limite certo ou fixo para o número de pessoas que compartilhavam da moradia.[...] Os cortiços mais célebres foram construídos com fitos exclusivamente comerciais: em condições anti-higiênicas, mal ventilados, mal iluminados e com pequeno espaço útil. É fácil imaginar o que acontecia; a habitação expulsava os moradores para a rua. Os que trabalhavam fora, com frequência saíam pela manhã e voltavam à noite. Mas, os que estivessem desocupados ou semicupados permaneciam mais tempo em contato íntimo com outros no quarto. Nada se ocultava dos demais[...] As crianças aprendiam precocemente os segredos da vida, sabendo como os adultos procediam para ter prazer sexual, como se perpetua a espécie e se processa o parto, quando iriam receber um novo irmãozinho etc.[...] Afinal, diziam, “o negro nasceu para isso mesmo!” (pp. 147-148).

¹⁴ “[...] O regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo naqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do *antigo regime*. Toda insistência será pouca, para ressaltar-se a significação sociológica dessa complexa realidade. Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do ‘liberto’ e nela permaneceram muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão. A Abolição projetou-os no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação.” (p. 248) E, ainda: “[...] a ordem racial, elaborada socialmente no passado, permaneceu quase intata ao longo da desagregação da sociedade de castas e dos primeiros desenvolvimentos da sociedade de classes em São Paulo.[...] Em consequência, toda a velha etiqueta de tratamento racial recíproco (no intercâmbio entre ‘negros’, ‘brancos’ e ‘mulatos’) continuou a encontrar plena vigência; e, com ela, perpetuavam-se as representações de status e de papéis sociais que regulavam o modo pelo qual as pessoas, identificadas como pertencendo a cada estoque racial, ‘deviam’ (ou ‘podiam’) participar dos direitos e dos deveres incorporadas à ordem social vigente.[...] *É sabido que, em certas circunstâncias, o passado não se conserva apenas nos documentos e nas lembranças dos homens: ele também se evidencia por sua mentalidade, por seu comportamento e pelo funcionamento das instituições.*” (pp. 269-270, grifos meus)

¹⁵ Fernandes, 1978a, pp. 316-318 e 332, respectivamente. Todas as notas imediatamente anteriores se referem também ao primeiro volume desse livro.

Ao chegar à capital paulista em 1937, são aspectos desse cenário que De Jesus encontra, tendo experimentado os anos subsequentes e imediatos do pós-abolição em locais de adversidade, extremada pela baixa diferenciação social e estratificação bem definida. Se em São Paulo a autora julgava possível *ser gente* (ou, pelo menos, descobrir a resposta de sua indagação infantil), ela não estava isolada: o seu grupo social tentava responder, de certa maneira, à mesma questão. Para ele e De Jesus, *os anos de espera são também os anos de formação e internalização de uma consciência social e individual*. No caso da escritora, a expressão corresponderá à década de 1940: são os anos em que, enquanto indivíduo, experimentará o corpo a corpo com o turbilhão da cidade, entrando em confronto com as vicissitudes que seu grupo social vinha enfrentando há tempos e contra as quais se manifestava, no século XX, desde a década de 1910¹⁶, procurando construir aquilo que Fernandes (1978b) qualificou, no segundo momento de *Integração do negro*, por *limiar de uma nova era*.

A cidade de São Paulo em si, destarte, jogou um papel decisivo para a formação da consciência de frações organizadas do grupo social negro, *bem como de elementos desarticulados dessas frações*, tais como De Jesus. O argumento de Fernandes acerca da aliança particular da expressão urbana e a emergência da nova ordem leva o autor a refletir sobre as razões para que tenham emergido expressões de protesto e movimentos

¹⁶ “[...] Tornava-se urgente qualquer espécie de reação societária que exterminasse as referidas anomalias e favorecesse a emergência gradual de uma ordem racial ajustada ao cosmos econômico, social e político da sociedade de classes. *Essa reação, como não podia deixar de suceder, partiu dos segmentos ‘espoliados’ ou ‘prejudicados’ da coletividade. Sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos ‘brancos’, ergueu-se o ‘protesto negro’, como o ‘clarim da alvorada’, inscrevendo nos fastos históricos da cidade os pródromos da Segunda Abolição. Como processo histórico, portanto, este se enquadra no contexto das inquietações e esperanças políticas, que culminaram com a revolução de 1930. Durante o primeiro quinquênio do segundo quartel deste século avolumaram-se de tal modo a amargura e a insatisfação da ‘população de cor’, que brotaram, espontaneamente, vários movimentos de tomada de consciência, de crítica e de repulsa ao duro destino a que se viram relegados os ‘homens de cor’. Em virtude da própria situação histórica do negro e do mulato, a rebelião que se ensaiava não possuía o caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida. Tratava-se de uma insubordinação surda e insufocável contra as debilidades mais profundas do sistema de relações raciais[...] Explica-se, assim, por que os ‘negros’ não se colocaram contra ela. Ao contrário, admitiram abertamente que ela satisfazia a seus anseios de segurança, de dignidade e de igualdade sociais, advogando apenas que ela valesse para eles. Desse ângulo, os episódios relacionados com os referidos movimentos sociais marcaram o retorno do negro e do mulato à cena histórica. Agora eles repontam como uma vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva[...] Insurgem-se, literalmente, contra as iniquidades e as impurezas históricas do regime, propugnando que a sociedade aberta não fosse fechada para ninguém e muito menos para um contingente racial[...] o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais; e de provar, praticamente, que os homens precisam identificar-se de forma íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem social escolhida*”. Cf. Fernandes, 1978b, pp. 8-9, grifos meus.

negros em São Paulo, capazes de refletir, organizar-se e denunciar os contratempos. De acordo com o sociólogo uspiano:

[...] Ao decidir permanecer na cidade, apesar de tudo, o “negro” optou por um estilo de vida, por uma concepção de mundo e por certos ideais de organização da personalidade. Sem o saber, ao longo dos anos de desventura foi assimilando, ao acaso, um pouquinho de cada coisa. Por fim, convertera-se, subjetivamente, num urbanita, embora ostentasse essa condição de forma precária, tanto psicológica quanto socialmente. Aí está a principal razão para explicar por que uns puderam idear os movimentos sociais; outros se dispuseram a segui-los; e um tão grande número tenha decidido envolver a “população de cor” num novo tipo de aprendizagem, que se processava no terreno das ideias, da comunicação e da ação.[...] Em síntese, pelo simples fato de viver na cidade, de ter vencido a dura prova da permanência dentro dela, o “negro” revolucionara o seu horizonte cultural. Diríamos que polira sua rusticidade e ameahara um forte desejo de ir mais longe.[...] A própria concentração numa cidade grande representava uma condição estimulante e construtiva. Graças à urbanização, aos poucos desapareceram muitas atitudes e comportamentos que tornavam o negro e o mulato “desconfiados” em relação a seus semelhantes. Em particular, o retraimento em face dos estranhos e a suspeita diante daqueles que alcançavam algum êxito na convivência com os “brancos” cederam lugar à compreensão de que o “negro” precisava alargar sua experiência pessoal e seu conhecimento do mundo. Doutra lado, a situação de existência no mundo urbano abria muitas vias comunicação com a comunidade local, com o resto do país e com o exterior. Isso não só ampliava o conteúdo como mudava a própria qualidade da perspectiva social do “negro” (Fernandes, 1978d, pp. 28-29, grifos meus)

É fato que De Jesus corria por fora disso e que chega justamente no fim do período das primeiras grandes orquestrações de protesto negro paulistano. Posta em situação, contudo, se lembrarmos do argumento da compulsão deambulatória e o ideal progressivo que a imagem da capital paulista assume em suas memórias, ter-se-ão rotas paralelas ideais que se encontram. E se afastam na mesma intensidade, uma vez que será nesse ínterim (1940-1947) que a escritora será submetida a privações e dificuldades da crise habitacional de São Paulo, que atinge em cheio as classes populares¹⁷.

Em 1947-1948, ela é uma das moradores da favela do Canindé, que se erguia às margens do rio Tietê. A fração organizada negra de São Paulo, recompondo-se através de jornais e associações, elabora o que Fernandes (1978b) denominou de *os aspectos*

¹⁷ Baseando-se nos trabalhos do sociólogo Lucio Kowarick, as biografas de De Jesus afirmam: “Naqueles anos 40, o número de habitantes de São Paulo ultrapassou dois milhões, o dobro da década anterior. O principal problema da cidade era a habitação. Para os pobres, além do cortiço, habitação predominante da classe trabalhadora até a década de 1950, a outra solução era a autoconstrução na periferia, atrelada à forte especulação imobiliária e à alteração do sistema de transporte, com a criação de linhas de ônibus, que passaram a formar uma malha viária espalhada e flexível, facilitando ainda mais a industrialização”. Cf. Castro e Machado, 2007, p. 31.

*ideológicos do protesto negro*¹⁸, detentores de limites e alcances bem definidos. Acerca desses, o sociólogo coloca e responde uma pergunta crucial, que permite explicar em grande parte o alcance menos amplo do protesto fora de suas parcelas organizadas:

Então por que os movimentos sociais reivindicatórios não vingaram nem mesmo no “meio negro”? A resposta parece simples. A sociedade inclusiva não desaprovava os propósitos integracionistas da contraideologia racial elaborada pelos “negros”. Todavia, ela não se propunha de modo idêntico os problemas da democratização da riqueza, dos níveis de vida e do poder[...] A ordem social competitiva abria-se diante do negro e do mulato; mas, de forma individualista e ultrasseletiva[...] Como acontecera no passado, a absorção do “negro” em posições sociais conspícuas (e, portanto, a sua classificação e ascensão sociais), conta como episódio individual, que não afeta (nem deve afetar) a condição heteronômica da “raça negra”. Tudo isso evidencia que ainda estávamos presos moralmente à concepção tradicionalista do mundo.[...] Já não se pensava “negro” como sucessor e o equivalente humano do escravo ou do liberto. Seus rompantes de homem livre eram, pelo menos, tolerados, o que explica a proliferação das “agitações” raciais e a propagação da contraideologia do desmascaramento racial no “meio negro”. *Entendia-se, no entanto, que a equivalência de direitos e de deveres, entre as duas “raças”, constituía um princípio subversivo e que, nesse ponto, impunha-se “pôr a negrada em seu lugar”.*[...] *Penetra, desse modo, em uma nova era histórica para a “população de cor” na cidade de São Paulo, afirmando-se como homem livre e como cidadão, embora sem conseguir que se reconhecesse, socialmente, que “todas as raças são iguais perante a lei”*¹⁹.

A concretude da parte final da afirmação está presente na própria trajetória da escritora em tela, no período discutido aqui. A resolução oficial precária do problema da habitação em São Paulo e da pauperização ascendente de grande parcela da população (estando aí negros e migrantes internos, notadamente) são as *favelas*. A discussão sobre o surgimento das mesmas em São Paulo é crucial para compreender De Jesus e, para tanto, valer-se-á aqui do estudo de Jorge Paulino, produzido na FAU-USP, *O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas* (2007).

A dissertação de mestrado desse autor ajuda a suprir lacuna²⁰ sobre os estudos mais condensados em torno da gênese específica e o desenvolvimento histórico da

¹⁸ “Os dados expostos acima descrevem como o ‘negro’ se afirmou na cena histórica paulistana, entre 1927 e 1937. Ele rejeitou, ao mesmo tempo, a imagem do ‘preto’ ou do ‘homem de cor’, construída pelo ‘branco’, e o destino que lhe foi dado atingir na fase formativa e de expansão inicial da sociedade de classes. O que foi visto seria suficiente para situarmos, agora, os aspectos ideológicos do *protesto negro*.[...] A fase que se inicia com a revogação do Estado Novo foi particularmente rica de agitações intelectuais e político-sociais no ‘meio negro’[...] O grupo do *Clarim da Alvorada*, depois da dissidência que surgiu no seio da Frente Negra Brasileira, continuou ativo, através do Clube Negro de Cultura Social e seus sucessivos órgãos de comunicação[...] Por fim, a Revolução Constitucionalista (de 1932), precipitou a fundação da Legião Negra Brasileira. Essa legião prestou ‘uma grande colaboração à revolução, mas maior colaboração ainda aos negros, pois veio dar-lhes um crédito através das lutas por eles sustentadas nos setores mais renhidos de combate’ [Do documento de José Correia Leite e Renato Jardim Moreira]” (pp. 87-88).

¹⁹ Fernandes, 1978b, pp. 114-115, grifos meus.

²⁰ É o que afirma Paulino: “Em relação ao fenômeno em São Paulo há uma lacuna neste aspecto. Muito se escreveu sobre as favelas em São Paulo, sua evolução ao longo do tempo, mas quase nada foi escrito sobre o

percepção do poder público e conhecimento científico sobre as favelas de São Paulo. Seguindo a trilha aberta por pesquisadores como Lucio Kowarick, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Lícia Valladares, Suzana Taschner, entre outros, o autor procederá a exposição sobre as definições conceituais e contraditórias sobre o que seja uma favela²¹; num segundo momento, discutirá a favela como objeto de estudos de diferentes vertentes da Sociologia (urbana, da teoria da marginalidade etc.); as relações, em São Paulo, entre o cortiço e a favela (segundo o trabalho de Kowarick e Clara Ant²²) e os mitos sobre a favela (apoiando-se em Lícia Valladares, 2005).

Para os fins que interessam a este texto, estará na terceira parte do estudo de Paulino a discussão que contribuirá para o entendimento da gênese de *Quarto de despejo*: o surgimento do pensamento sobre e o desenvolvimento inicial das favelas em São Paulo. De acordo com o autor, embora a habitação operária e dos pobres (os cortiços) se proliferassem desde o começo do século XX,

Muitos estudos sobre a questão da habitação em São Paulo apontam para um traço muito peculiar da cidade durante a primeira metade do século XX, qual seja, o da ausência de favelas[...] O fenômeno de fato não era percebido como algo relevante até o final da década de 1970[...] malgrado seu número pouco expressivo, o fenômeno já estava presente em São Paulo, pelo menos desde antes da década de 1940[...] (Paulino, 2007, pp. 73-74)

pensamento sobre este fenômeno em São Paulo. Isto é, sobre os conceitos, imagens e representações elaboradas por ele". Cf. Paulino, 2007, p. 12.

²¹ "A favela é um fenômeno urbano que possui um pouco mais de um século de existência no Brasil e, assim como os cortiços e os loteamentos? OK periféricos, se tornou uma das alternativas de moradia para as camadas sociais atingidas pela pobreza[...] a palavra favela possuía um conteúdo regionalista, mas que se consolidou de tal forma ao longo do século XX que aparentemente se difundiu para todo o Brasil, suplantando, inclusive, outros termos que designam fenômenos urbanos semelhantes, como os *mocambos* de Recife, as *malocas* de Porto Alegre e as *invasões* e os *alagados* em Salvador.[...] o conceito de favela pressupõe sempre a ideia de invasão ou de ocupação de terrenos urbanos. Assim como, desta forma, uma história da favela seria uma história de invasões ou de ocupações de terras urbanas. Mas não estaríamos diante de um critério questionável? Isto é, teriam as favelas todas se originado de ocupações de terras? Alguns estudos sugerem que em muitas das grandes favelas consolidadas, tanto da cidade do Rio de Janeiro, quanto da cidade de São Paulo, o processo de ocupação se deu não através de invasões individuais ou coletivas, mas sim através de ocupações consentidas, ou pelo Poder Público ou pelos próprios proprietários, que desta forma ainda conseguiram auferir uma renda desta ocupação.[...] A favela enquanto alternativa de habitação dos pobres urbanos se caracteriza pelo menos por três pontos: primeiro, pela precariedade das suas construções, segundo pela irregularidade do seu traçado e terceiro, pela ilegalidade fundiária, urbanística e edilícia". Cf. Idem, ibidem, pp. 11, 18-19 e 22, respectivamente. Grifos meus.

²² Kowarick e Ant, 1988. O estudo foi publicado pela primeira vez na revista *Novos Estudos Cebrap*, vol. 1, nº 2, abr. 1982, pp. 59-64.

Incipiente mas não desprezível, a substituição progressiva dos cortiços pelas favelas chamou a atenção da assistente social Marta Teresinha Godinho, autora de um dos estudos pioneiros, segundo Paulino, sobre as favelas paulistanas, em 1955. Ela elaborou trabalho de conclusão de curso de Serviço Social e recolheu dados, até então dispersos, sobre o problema da capital, desde 1942, inventariando as ações que o provocaram²³. O estímulo oficial da Prefeitura de São Paulo, de acordo com os dados de Godinho, está presente em quase todos os aparecimento iniciais de favelas no município. Citando-a indiretamente, tem-se que:

Pelos anos de 1942 ou 1945, quando então prefeito o Dr. Prestes Maia, com as desapropriações feitas em virtude da abertura de avenidas, como a Nove de Julho e outras, nos Campos Elíseos etc., muitas pessoas ficaram sem abrigo. Improvisaram-se barracões no local onde se acha instalado o Parque Changai, e assim se iniciou a primeira favela que era denominada “Favela Prestes Maia” ao longo da avenida do Estado[...] A estes galpões [removidos em 1946 pelo prefeito Abrahão Ribeiro] os favelados deram o nome de vila, “Favela Nossa Senhora da Conceição” que também era conhecida como “Favela do Glicério”[...] Favela do Piquerí: Esta favela teve início quando da desocupação da “Favela da Lapa”[...] A Prefeitura fornecia o transporte, madeira e a reconstrução do barraco do Piquerí. Algumas fossas e poços, assim como uns tanques foram também construídos pela Diretoria de Obras da Prefeitura[...] *Favela do Canindé: Começou em 1948[...] Junto a Rua Antônio de Barros, num terreno dos irmãos X, formou-se uma favela à revelia dos proprietários que, tão logo tiveram conhecimento, requereram despejo policial. Aquelas pessoas então desalojadas foram reclamar no Gabinete do Prefeito [Paulo Lauro], onde receberam um memorando para usarem o terreno da Prefeitura, no Canindé. Para alguns, a Prefeitura forneceu também caminhão para o transporte do barraco. Iniciou-se, então, a “Favela do Canindé” com 99 famílias. Como a área lá era grande, muitas outras pessoas depois, com o correr do tempo, mediante o memorando de autorização do gabinete do senhor Prefeito, foram para lá. Como não havia água e não podiam cavar poços, devido à proximidade do rio Tietê, a Prefeitura mandou instalar uma caixa d’água que abastecesse toda a favela.*²⁴.

Entretanto, para os dados oficiais, as favelas não eram um problema ainda significativo: o primeiro censo a seu respeito foi realizado na década de 1970. De acordo com Paulino, entre as assistentes sociais grassava uma *percepção ambivalente* acerca da favela e seus moradores, vendo-os simultaneamente como *desajustados e marginais*, bem como *produto direto do descaso do poder público com os problemas da habitação popular*, pauperização urbana e da crise dos aluguéis no município, a partir dos anos 1940²⁵. Tal

²³ Há duas especificidades no fato de Godinho ser assistente social: sua profissão aparece com a função de evidenciar, naquele momento, quem eram os pobres para as elites da capital, uma vez que, a partir dos anos 1930, os locais em que eles residiam eram vistos como periferias perigosas e problemáticas. A outra, é que ela conheceu de perto Carolina Maria de Jesus, seus filhos e realidade, como atesta seu depoimento em Bom Meihy e Levine, 1994.

²⁴ Godinho, 1955, pp. 10-17. Apud Paulino, 2007, pp. 80-81. Grifos e colchetes meus.

²⁵ Acerca desses argumentos, consultar Paulino, 2007, pp. 76-85.

ambivalência perceptiva implica uma interessante questão, observada de ângulos opostos: A) vista da superfície, *a da culpabilidade do pobre, por assim sê-lo*, leva-o às piores condições de vida na metrópole emergente. Se em larga medida o poder público possui responsabilidade pelo crescimento desordenado da cidade e seu impacto sobre os desfavorecidos, ele o resolve cedendo e fazendo vistas grossas à ocupação de áreas públicas; afirma, ainda, através de discursos oficiais – como o do Serviço Social ou do Departamento de Urbanismo da Prefeitura – que o problema era de fácil resolução, *demandando algum tempo apenas, passando pela educação e organização dos pobres*. B) Estruturalmente, no entanto, a análise de Florestan Fernandes sobre o mesmo período e dos dilemas da metropolização precária de São Paulo é mais aprofundada e cética em relação à solvência simples do processo:

[...]A II Grande Guerra favoreceu de maneira intensa a expansão das indústrias, com suas ramificações na diferenciação do sistema econômico e no ritmo (para não falar no estilo) da urbanização da cidade. No passado recente, fora a urbanização que fomentara e dirigira a industrialização. Nesta quadra, será a industrialização, ao contrário, que governará o recrudescimento da expansão urbana. Mais do que uma comunidade industrial, a cidade converte-se, dia a dia, em poderoso centro financeiro dominante das operações econômicas. Por esta razão vai conhecer um novo tipo de surto industrial, que fará da região conhecida como Grande São Paulo o símbolo do “Brasil Moderno”, e assumirá o comando, direto ou indireto, de vasta parcela dos empreendimentos relacionados com a transplantação da “civilização industrial” para o nosso país.[...] Em conexão com a emergência desse “estilo metropolitano de vida”, a ordem social competitiva redefine-se tanto estrutural quanto dinamicamente. Ela se torna mais aberta, na medida em que oferece oportunidades insuspeitadas ao “especulador” e ao “aventureiro arrojado”, qualquer que seja sua extração social ou sua procedência étnica; porém, revela-se sensivelmente mais fechada, porque o fluxo das oportunidades se concentra nos grupos que possuem posições sólidas na estrutura de poder ou que estão aptos a conquistá-las como seu ponto de partida.[...] Semelhantes perspectivas dividem, em bloco, o passado e o presente do “negro” na cidade. [...] agora algumas esperanças elementares encontram concretização e o futuro deixa de ser uma ameaça, como uma realidade ignominiosa mas inarredável. O sentimento de “ser gente” pode ser difundido e compartilhado com um mínimo de segurança, oferecendo novas bases às compulsões seculares de autonomia, de competição com o “branco” e de ascensão social. A miséria e a desorganização social ainda campeiam no “meio negro”. As favelas substituem e pioram, nesse sentido, os tormentos dos porões e dos cortiços. Contudo, atingem uma área consideravelmente menor da “população de cor”. Doutro lado, parece que tais facilidades sufocaram o interesse do negro e do mulato pela afirmação como e enquanto categoria racial.[...] Resumindo ao essencial, em vez de se congregarem para desmascarar e repelir a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, preferem disputar, como possam, as oportunidades que lançam o “brasileiro pobre” na senda do progresso. (Fernandes, 1978b, pp. 116-117 e 119, respectivamente)

A afirmação final do sociólogo, aliada às discussões anteriores, retoma o desafio posto à eficácia prática e simbólica do protesto enunciado por frações organizadas do

meio negro paulistano, através, inclusive, de seus escritores. Reavivando-se uma questão colocada no início deste texto – *Por que De Jesus ou algo semelhante a Quarto de despejo não surgiu do meio negro organizado?* – parece agora estar um pouco mais iluminada a resposta. Ele não podia, estruturalmente, fornecer algo assim. Sua pugna e interesses não o conduziam nessa direção. Embora nos estatutos da ACN haja preocupação com o *marginalizado, especialmente o negro*. Há o princípio, mas pô-lo em prática é deveras complicado, especialmente se se pensar que, talvez, o significado de marginalidade do negro para esse grupo não necessariamente signifique solução da pobreza extrema; mas, antes, inclusão no processo social e cultural em curso, enunciado pela ideia de uma *Segunda Abolição*.

De outro lado, correndo por fora nos efeitos mais dramáticos da expansão metropolitana da cidade e chocando-se, fosse com a precarização da vida dos trabalhadores pobres ou com os interesses de seu grupo social de origem, é necessário perguntar: que aspectos da consciência de De Jesus a conduzem para a escrita de seus diários? As razões subjetivas que a levaram a, entre os objetos que catava, selecionar folhas e papéis em branco e ainda aproveitáveis para escrever, só podem ser supostas e tateadas, sem qualquer resultado mais interessante para a análise sociológica. Se esse ponto de partida é nebuloso e inócuo, não o são seu desenvolvimento e consequências. Como afirma Jorge Paulino:

[...] a favela permanece estigmatizada [nos anos 1950]. Vista como um “quisto”, que deveria ser extirpado do corpo da cidade. Neste sentido, as intervenções por parte do poder público só podiam ser de remoção.[...] o problema não atingia as dimensões, nem tampouco tinha ainda uma visibilidade que sensibilizasse a opinião pública e obrigasse o Estado a agir[...] *A publicação de um livro diário de uma favelada de São Paulo foi o elemento que, enfim, provocou a primeira “onda” de intervenções visando o desfavelamento em São Paulo*[...] O tema da favela tomou vulto em São Paulo por volta da década de 1960. Vários fatores combinados contribuíram para que o assunto ganhasse a opinião pública: as intervenções por parte do poder público[...] o aparecimento do MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento e, em especial, a publicação do livro de Carolina de Jesus, “Quarto de Despejo”. (Paulino, 2007, pp. 89-90. Grifos e colchetes meus)

UM ESTRANHO DIÁRIO CHAMADO QUARTO DE DESPEJO

Depois de um ano de trabalho direto nas favelas, onde conseguimos realizar alguma coisa e enfrentar muitas dificuldades [...] podemos concluir e sugerir o seguinte: 1. Que as favelas constituem um lugar de desajustamentos profundos, tanto no plano físico como moral, constituindo, portanto, uma séria ameaça à nossa civilização.[...] [sic] – Excerto da conclusão de Marta Teresinha Godinho, 1955. (Idem, ibidem. Grifos e colchetes meus)

Este meu estranho Diário que escrevi há dez anos atrás mas não tinha a intenção de popularizar-me pretendia revelar a minha situação e a situação dos meus filhos e a situação de vida dos favelados. Carolina Maria de Jesus.[sic] – Registro de 04 de dezembro de 1958, de Carolina M. De Jesus. (Bom Meihy e Levine, 1996, p. 115)

A *apropriação particular do tempo e do espaço* joga um papel fundamental para as ações e percepções sociais do grupo negro organizado e, em especial, para De Jesus. Isso deve ser entendido fora da chave do exotismo e sim na vivência à margem dos discursos oficiais – seja do progresso e das esperanças para o futuro; da integração social e da democracia racial – que não se coadunavam com as expectativas e anseios históricos de ativistas ou com os próximos treze anos de fabulação individual em meio a privações sociais que culminam em *Quarto de despejo*: diário de uma favelada (1947-1960).

Se o espaço – a cidade de São Paulo – é comum, em tese, a todos, a maneira de experienciá-lo e usufruí-lo é absolutamente desigual. A realidade cotidiana da degradação dos meios de trabalho e de vida para De Jesus e parcelas do grupo negro os coloca à parte da linguagem supostamente moderna da metrópole. Ou, antes, incluídos precariamente no discurso: a mesma cidade que, em seu IV Centenário, faz o elogio do progresso científico, cultural ou da engenharia e arquitetura urbanas, mobilizando grande esforço ideológico e econômico, é a que promove a solução débil para as classes baixas, das favelas e habitações populares de periferia, qualificando sua existência e moradores, como explicitam as conclusões de Godinho acima, de *ameaças civilizacionais*.

Estando correta a tese de *Metrópole e cultura*²⁶, de que o desenvolvimento da modernidade paulistana passa pelo aprimoramento e sofisticação das ideias e ações em diferentes níveis e setores que se apresentam como modernos (notadamente o Teatro, Artes Plásticas, Arquitetura e Sociologia), potencializados pelos interesses das esferas econômica e política, há ainda um matiz desse argumento que tem de ser explorado devidamente: o arranjo contingente e custoso, para alguns grupos sociais, que tiveram tais ações e linguagens. Sem essa perspectiva em vista, o quadro das transformações e percepções sobre São Paulo estará incompleto.

²⁶ “As comemorações do IV Centenário transformam a cidade na meca da cultura e das ciências brasileiras. São Paulo projeta o fumo da sua “locomotiva”, desenhando um tempo de renovação e de recriação de sua mitologia[...] Tratava-se de uma época com alto grau de dinamismo, na qual a crença nas possibilidades infinitas do desenvolvimento cultural era homóloga à convicção da modernização econômica, social e política que tinha em São Paulo a sua grande promessa. Assim, o presente aspirava o futuro civilizado que, diga-se de passagem, seduzia a todos. Especificamente, produziu-se uma confluência do poder econômico e político com o “mundo do espírito”, pois todos estavam imbuídos de vontades semelhantes, ainda que elas dissessem respeito a campos diferentes”. Cf. Arruda, 2001, pp. 101 e 107, respectivamente.

Perscrutar o espaço significa colocar em questão também a esfera de apreensão do tempo, igualmente fracionada. Incorrem em erro, semelhantes ao do senso comum, os estudos que afirmam uma certa *platitudo do contexto* sobre a experiência social dos distintos grupos, classes e frações que o povoam. A percepção e o impacto do presente, na mesma medida que sua rememoração, não se distribuem igualmente entre os sujeitos sociais e nem se dá, de maneira imediata, a consciência sobre o tempo vivido. Daí expressões genéricas como *tempos modernos, anos de desenvolvimento, anos dourados, geração dourada* e correlatas serem de pouca eficácia explicativa e/ou dizerem respeito à realização social de setores e interesses específicos, bem como à sua capacidade de recontar certos fatos, ordenando-os de maneira a estarem no centro da tela e em posição privilegiada. A equalização do passado a *todos*, menos que procedimento democrático, opera em linha tênue, divisória de interesse particular e obscurecimento coletivo.

Adotam-se esses cuidados para discutir a particularidade da experiência social, no tempo e espaço, que é bem demonstrada por De Jesus (e, em alguma medida, pelo grupo negro organizado). Não significa dizer que a autora viveu fora de seu tempo ou que não teve ligações com o espaço envolvente. Ao contrário: a possibilidade de seu surgimento é diretamente relacionada à diferenciação social paulistana e aos dilemas da metropolização, na mesma intensidade que a recepção ao seu trabalho é explicável por questões em aberto no limiar da década de 1960. O que se passa, tanto com De Jesus quanto com os escritores ligados ao ativismo negro do período é um diálogo tenso e truncado com as estruturas sociais de seu tempo. *Discursos vão se construindo paralelamente, em meio às lutas sociais, em alguns casos visando a integração e o reconhecimento, mesmo que proferindo o protesto* (exemplo de setores da Imprensa e Teatro Negros); *ou, desnudando inesperada e estranhamente, por outro lado, a impossibilidade de se integrar e ser aceito, nos moldes apresentados até então pelo contexto social, à revelia do desejo da autora* (caso de Carolina Maria de Jesus, que queria ser incluída na dinâmica social).

A ida de De Jesus para a favela do Canindé é resultante de dois fatores: não aceitação nos empregos domésticos, em função dos nascimentos de seus filhos que vingaram (João, 1949; José, 1950; Vera, 1953), o que redundava em dificuldades severas

para a subsistência; e, por outro lado, a privação de direito à moradia, que atinge estruturalmente a população pobre paulistana no momento em foco. De Jesus é uma das primeiras moradoras da favela erigida às margens do Tietê e ali viveria a próxima década inteira.

Um ano depois das comemorações do quartocentenário ela começou, nas folhas aproveitáveis de cadernos e livros recolhidos na rua, a escrever seus diários. Há oito ela residia vizinha ao rio mais famoso de São Paulo, num terreno de posse municipal, próximo à Vila Guilherme e ao Brás, o que lhe permitia acesso relativamente bom ao centro da cidade e a áreas onde poderia catar o que era descartado nas ruas e vendável em quantidades que lhe permitiam algum sustento diário. A 15 de julho de 1955, nessas condições, a autora fez o primeiro registro que viria a ser publicado em livro:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. [...] Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Êle ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. [...] Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Êle não veio. Tomei um melhoral e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: - Vai buscar agua mamãe! [sic] (Jesus, 1960, p. 13. Interrupções entre colchetes minhas).

Estão condensados nesse fragmento alguns dos principais temas que se repetirão e serão habilidosamente organizados por Audálio Dantas anos depois, para tomar a forma de *Quarto de despejo*: a luta pela sobrevivência, dada pela equivalência direta entre dinheiro e comida; pensamentos sobre o cotidiano da favela e o mundo exterior; a tentativa de procurar expor, em pormenores, as situações vividas e estruturadas sob a sua ótica; a participação dos filhos nessa dinâmica quotidiana. O que se lê são *fragmentos da construção memorialística* de De Jesus. Dantas afirma, no prefácio que escreveu à primeira edição: “[...] *selecionei trechos, sem alterar uma palavra, passei a compôr o livro. Explico: Carolina conta o seu dia inteiro, fiel até ao ato de mexer o feijão na panela. A repetição será inútil. Daí a necessidade de cortar, selecionar as histórias mais interessantes*”.

Aqui entra a polêmica no trato da escrita de De Jesus. Está o leitor diante do que se costuma chamar por Literatura? Embora a sua definição não seja unívoca e a maneira como a realidade possa ser exposta numa obra considerada literária varie com o tempo e

com as transformações sociais que esta enfoca (*em particular, o gosto e a formação do público leitor*), como o demonstrou Erich Auerbach, trata-se de um longo caminho sujeito a regras e interpretações em disputa para que determinados registros e estilos mereçam tal aceção. O tema da vida quotidiana (e, em particular, das classes baixas ou do *quarto estado*) percorreu um longo caminho para ter estatuto de cidadania na *República das Letras*. O filólogo e crítico alemão fornece elementos para essa discussão, com alguma ironia, por exemplo, ao discutir aspectos da construção e recepção ao romance dos irmãos Edmond e Jules Goncourt, *Germinie Lacerteux* (1864):

Vivemos, dizem os Goncourt, na época do sufrágio universal, da democracia, do liberalismo (merece ser lembrado que eles, de alguma maneira, eram amigos incondicionais dessas instituições e fenômenos); portanto, é injusto excluir as assim chamadas classes mais baixas da população, o povo, do tratamento literário sério, tal como ainda acontece, assim como é injusto conservar na literatura uma aristocratização dos objetos que não mais corresponde ao nosso quadro social[...] Nos primeiros grandes realistas do século, em Stendhal, Balzac e ainda em Flaubert, as camadas mais baixas do povo, propriamente dito, mal aparecem; e quando aparecem não é visto a partir de seus próprios pressupostos, na sua própria vida, mas de cima[...] Os primeiros representantes dos direitos do quarto estado, tanto políticos como literários, não pertenciam, quase todos, ao estado que defendiam, mas à burguesia. Isto também é válido para os Goncourt[...] O que os unia aos homens do quarto estado, o que sabiam de sua vida, dos seus problemas e sensações?[...] *O puramente literário, mesmo no grau mais elevado da compreensão artística e em meio à maior riqueza das impressões, limita o juízo, empobrece a vida e distorce, por vezes, a visão dos fenômenos. E enquanto os escritores se afastam depreciativamente do burburinho político e do econômico, valorizando a vida sempre só como tema literário, mantendo-se sempre longe dos grandes problemas práticos, cheios de altivez e de amargura, para conquistar cada dia de novo, amiúde com grande esforço, o isolamento artístico para o seu trabalho, enquanto isso, o prático penetra, apesar de tudo, em mil formas mesquinhas, até atingi-los; surgem desgostos com editores e críticos, nasce o ódio contra o público que se quer conquistar, enquanto escasseia uma base para sentimento e pensamentos comuns[...] Todavia, como em geral, levam a vida de burgueses remediados, moram confortavelmente, comem do bom e do melhor e se entregam ao gozo de todos os deleites da sensibilidade mais elevada, como a sua existência nunca se vê ameaçada por grandes estremecimentos e perigos, o que surge é, não obstante todo o gênio e toda a insubornabilidade artística, um quadro de conjunto singularmente mesquinho, o do grão-burguês, egocêntrico, preocupado com o conforto estético, nervoso, torturado pelos aborrecimentos, maníaco enfim – só que a sua mania, chama-se, no seu caso, “literatura”.*²⁷

No caso de De Jesus, a acusação frequente ao seu trabalho é de ser, antes, um *documento social, dado sociológico* e, quando há alguma simpatia crítica, *testemunho humano*. Também não é incomum, logo em seu lançamento, ser tratado como falseamento da realidade, de autoria duvidosa, fruto da imaginação criadora de Audálio Dantas. Para o autor desta tese, entretanto, está-se diante de uma *ficcionalização do quotidiano*. A

²⁷ Auerbach, 2004, pp. 445, 446, 447 e 454-455, respectivamente. Grifos meus.

memória do *presente imediato* de De Jesus é, como toda memória, uma construção *a posteriori*. Em geral, não se atribui essa afirmação à autora, por se considerar que lhe falta a intencionalidade criativa em escrever uma narrativa. Ao contrário, atribui-se-lhe, quando se considera ser ela a autora dos diários, *a espontaneidade despretensiosa*. Para dizer o mínimo, esta ideia é carregada de preconceito, contendo nas entrelinhas a sugestão de que pobres e favelados (o povo, o quarto estado se estivéssemos em França) não sabem o que fazem quando escrevem, necessitando da tutela ou de alguém que lhes aponte uma direção, que fale por si.

Ignoram-se, assim, passagens literais de *Quarto*, que afirmam a vontade e a intenção de sua autora em ser uma escritora – a exemplo da epígrafe desta subparte – e a partir de um certo ponto do *Diário de uma favelada*, o interesse em ser *publicada e reconhecida*. Entre o querer e o poder existiram, na vida de De Jesus, as condições socialmente desfavoráveis para a implementação de sua vontade. Adversidades narradas continuamente em *Quarto*, que vão sendo percebidas inicialmente como *problemas individuais, especialmente nos registros de 1955*, em meio às cenas quotidianas e íntimas; para galgar, finalmente, uma inteligência crítica do entorno (seja da favela ou da cidade), alcançando a crítica social, percebido como protesto, por alguns, contra o *status quo* de negros, pobres e favelados no meio século XX (*notadamente, nos registros de 1958 em diante*).

Por um golpe de fortuna ou senso de oportunidade, aos 44 anos sua trajetória se cruza com a de Audálio Dantas, quando ele, enquanto jornalista, fora cobrir uma denúncia na favela do Canindé: o uso indevido de um parque de diversões por adultos. Após ter ouvido De Jesus gritar que ia por todos os homens em seu livro, ele se interessou pela mulher e seus 35 cadernos guardados no barracão. No prefácio ao livro, afirmou: *“Ninguém melhor do que a negra Carolina para escrever histórias tão negras”* (Dantas, 1960, pp. 05-12). E ainda: *“o Manuel Bandeira escreveu um artigo no Globo em que ele tratava do assunto. E a certa altura ele dizia: “Há pessoas que dizem ter sido o Fulano de Tal que escreveu esse livro. Não foi. O texto era claramente de uma pessoa de – ele usou essa expressão – de instrução primária, mas que tinha brilho etc. E que alguém para escrever naquele estilo, não sendo aquela pessoa, era um gênio. Seria um gênio [risos]”*²⁸.

²⁸Entrevista de Audálio Dantas concedida a Mário Augusto M. da Silva, em 19/10/2009, em São Paulo.

Contudo, *Quarto não* é uma construção individual. Ao selecionar o que viria a ser publicado, suprimindo o que considerou repetitivo ou excessivo, Dantas expôs a potência da narrativa de De Jesus. Recria-se, assim, o próprio cotidiano – se o entendermos segundo a chave explicativa do sociólogo português José Machado Pais, como o lugar onde nada, *aparentemente*, acontece e tudo pode ser revelado²⁹ – conferindo-se um sentido coerente à narração: *a história da luta pela sobrevivência de uma mulher negra e de seus três filhos, numa favela à margem de um rio, da cidade mais importante do país*. Isso estava lá nos diários originais, mas teve de ser trabalhado para vir à tona com intensidade surpreendente.

Selecionado, articulado, fragmentado num todo coerente, o cotidiano se revela ficcional. Não se está diante de simples exposição exaustiva da vida – e, desta feita, banalizada – de uma mulher real. Ao abrir *Quarto de despejo*, está-se lendo a narrativa truncada de uma personagem que conta suas memórias de um presente, igualmente acidentado e vacilante. Autor e personagem se confundem no mesmo nome próprio – pois esta é uma das características essenciais do gênero diário, como afirma o crítico francês Michel Braud, o que o faz ser um gênero duvidoso para alguns:

Le journal personnel est-il un genre littéraire? La question agite la critique depuis plus d'un siècle, les uns affirmant qu'il ne peut constituer une oeuvre puisqu'il ne répond pas à des règles de composition, les autres mettant en avant la dégradation qu'il introduit dans l'art et la moralité, et les diaristes publiant néanmoins leur journal en affirmant que le récit des jours "a son intérêt en soi"[...] Le texte du journal authentique[...] est organisé par le point de vue unique du diariste, qui ne connaît pas d'altération[...] le journal authentique tend à rendre crédible la promesse d'authenticité et, comme récit des jours, ne vise pas à raconter une histoire, qui possède un début, un milieu et une fin. [...] L'écriture de soi au quotidien se présente donc comme une construction narrative dont le diariste doit inventer la forme, le ton, le langage. On peut voir là l'un des caractères de l'oeuvre littéraire[...] Le développement du journal est d'ailleurs concomitant à celui de la démocratie. [...] Parce que le journal transcrit nécessairement la banalité du quotidien, son insignifiance, son imprévu[...] sa médiocrité, sa vulgarité, il n'a pas sa place dans une aristocratie des lettres[...] fondée sur le respect des règles, le détachement du vécu et l'inspiration à l'universel³⁰

²⁹ "Detenhamo-nos, com efeito, nesta simples constatação: se o cotidiano é o que se passa quando nada se passa – na vida que escorre, em efervescência invisível –, é porque "o que se passa" tem um significado ambíguo próprio do que subitamente se instala na vida, do que nela irrompe como novidade ("o que se passou"), mas também o que nela flui ou desliza (o que se passa...) numa transitoriedade que não deixa grandes marcas de visibilidade.[...] a vida quotidiana é um tecido de maneiras de ser e de estar, em vez de um conjunto de meros efeitos secundários de "causas estruturais"". Cf. Pais, 2007, pp. 30 e 32, respectivamente. Agradeço a Vanda Silva pela indicação.

³⁰ "O diário é um gênero literário? A questão suscitou críticas por mais de um século, alguns dizendo que não pode constituir uma obra literária por não responder às normas de composição, enquanto outros argumentam a degradação que ele introduziu à arte e moralidade, e os diaristas, no entanto, publicando seu

E como De Jesus bem o afirmou, um *estranho diário*³¹: oriundo de uma vontade de escrever, em meio a um ambiente inóspito para a escrita. De uma autora com trajetória e origem social suspeita para gerar algo semelhante, num registro literário pouco cultivado pelos escritores nacionais³². E com uma linguagem absolutamente incomum, misturando o vulgar com temas sofisticados, a crueza advinda da luta pela vida com momentos poéticos; o português imperfeito com observações sagazes e cortantes sobre a vivência social ao rés-do-chão; a crítica social ferina com certa ingenuidade política, em alguns momentos.

As partes explicam o todo em *Quarto de despejo*, articulando-se numa progressiva oscilação do *íntimo e comezinho* ao *social e histórico*. A primeira ideia se concentra com força nos registros de 15 de julho a 28 de julho de 1955. Neles também aparecem duas imagens fortes na organização de De Jesus e Dantas: o desejo de ser escritora e a vontade crescente de sair da favela, apresentados nos extratos abaixo:

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os espôsos quebra as tábuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam a vida de escravas indianas. (pp. 17-18)

[...] Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos.[...]... Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar, hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas. [...] (p. 21)

(...) Passei o resto da tarde escrevendo. As quatro e meia o senhor Heitor ligou a luz. Dei banho nas crianças e preparei para sair. Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim

jornal dizendo que a narrativa do dia "tem seu próprio interesse "[...] O texto do diário autêntico [...] é organizado pela perspectiva única do diarista que não conhece nenhuma alteração [...] o diário autêntico tende a fazer a promessa de autenticidade e credibilidade, como uma narrativa dos dias, não visa contar uma história que tem um início, meio e fim. A escrita de si apresenta-se como uma construção narrativa que o diarista deve inventar a forma, o tom, a linguagem. Podemos ver aqui uma das características da obra literária [...] O desenvolvimento do diário, além disso, é concomitante com o da democracia. [...] Porque o diário transcreve, necessariamente, a banalidade da vida quotidiana, a sua insignificância, o seu inesperado [...] sua mediocridade, a vulgaridade, não tem lugar em uma aristocracia das letras baseada no respeito às regras, o destacamento de experiência e inspiração para o universal" Cf. Braud, 2006, pp. 247, 252-255 e 260, respectivamente. Tradução minha.

³¹"Os homens vagabundos querem arrebatar a bola das crianças. Os meninos jogam pedras nos marmanjos. E eles querem bater nas crianças. Quando me vêem aqui quietam, porque ninguém quer ficar incluído no meu *Estranho Diário*" [sic]. Cf. Bom Meihy e Levine, 1996, p. 74.

³²A *Enciclopédia de literatura brasileira*, de Galante e Souza, já citada, no verbete referente a Diários afirma se tratar de "Gênero literário usado por *escritores ou pessoas cultas* para registrar pensamentos, acontecimentos de suas vidas ou de outrem" (p. 593). No Brasil, segundo os autores, merecem destaque nessa acepção, Lúcio Cardoso, Otávio de Faria, Humberto de Campos, Ascendino Leite e Josué Montello, apenas. Os grifos são meus.

embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei a comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem. (pp. 25-26)

... Seu Gino veio dizer-me para eu ir no quarto dêle. Que eu estou lhe despresando. Disse-lhe: Não![...]É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com êsse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. Não tenho tempo para ir na casa de ninguém. Seu Gino insistia.[...] (p. 28-29)³³

O último registro é interessante, uma vez que a ideia do livro ganha uma função concreta e tão imediata quanto a equivalência dinheiro-comida, de que tratam as biógrafas de De Jesus. Mas também apresenta a figura de um leitor idealizado, haja vista que a autora se explica o tempo todo a esse interlocutor. Propriedades inatas do gênero que se vão acoplando à própria escrita? Um leitor está projetado, que se interessará por aquela história editada, comprará o livro e fará a autora realizar seu sonho. Não são conhecidas as razões exatas pelas quais De Jesus escolheu o diário como forma para narrar sua experiência. Se pela facilidade e materialidade imediata da escrita ou por ter lido algo do gênero? Entretanto, a característica autorreflexiva, inata à forma, impregna a própria escrita, fixando-lhe uma intenção revelada a um leitor confiante, interessado e compreensivo, que lhe comprará as memórias e a retirará da favela. Isso só foi possível até 1955. Nos registros seguintes, que se apresentam de 02/05/1958 a 01/01/1960, o cenário se altera, complexificando-se as expectativas e adicionando-se dois novos personagens, que paulatinamente se tornam principais: a cidade e a fome.

1958 FOI UM ANO RUIM

... Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando.

[...]Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino[...] – Carolina Maria de Jesus, 09/05/1958 e 16/05/1958, respectivamente, em Quarto de despejo.

Em 13 de maio de 1958a ACN lançou em São Paulo seu manifesto pelo Ano 70 da Abolição³⁴. Era o ato mais importante da associação desde que foi criada, motivado pela

³³ Todos os fragmentos, ver Jesus, 1960. Interrupções entre colchetes minhas.

³⁴“Neste ano de 1958 em que comemoramos o 70º aniversário da abolição da escravatura no Brasil, as organizações culturais, esportivas, recreativas e as pessoas que a este subscrevem, uniram-se para homenagear os grandes vultos que, no passado, batalharam nas tribunas, na imprensa, nos parlamentos, nos eitos, nas senzalas e nos quilombos por causa tão justa e humana.[...] Tais vultos merecem a homenagem e o respeito de todo o povo brasileiro, e, os ideais de liberdade e independência que nortearam suas grandes ações, elevam e enobrecem os sentimentos de humanidade de nossa gente.[...]No momento

exclusão das comemorações de 1954. Servia para chamar atenção à causa negra, agregando alguns intelectuais e diferentes sujeitos sociais para o tema da Segunda Abolição, que viria a se desenvolver com mais intensidade em suas próximas atividades.

Às margens do Tietê, depois de quase três anos sem redigir seus diários, De Jesus retoma a escrita. O septuagésimo aniversário do fim da escravidão para ela, mãe negra e vista como marginal, traz um novo tema e uma reflexão mais aguda sobre o *seu* contexto. No diário, nesta etapa, ela não convida mais seu leitor idealizado para ver as cenas íntimas do barracão e de seus dias na favela; aos poucos ela lhe cobra as razões sociais para se encontrar em tal situação, fazendo vir à tona outros personagens na narrativa, para além dos quatro membros da família. No dia 13 de maio, ela escreveu o que se segue:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.[...] Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes. (...) Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.[...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (p. 32)

Tem-se, assim, duas miradas distintas dentro do mesmo grupo social acerca dos significados do mesmo evento. Se para a ACN ele é estratégico para projetar uma série de ações que lhe conferirão visibilidade a aspectos de sua causa, culminando em graus de conscientização semelhantes ao expresso no poema *Protesto*³⁵, de Carlos Assumpção, ligando o passado à então situação do negro, em De Jesus a atualização do problema da nova Abolição se dá numa outra ordem: duas ideias contraditórias se expressam no

em que se exaltam no Brasil os sentimentos de nacionalidade, independência e liberdade, adquire ainda maior oportunidade a comemoração do grande feito de 1888[...] Através de sessões cívicas, conferências culturais, representações de teatro, festejos populares, atividades esportivas e recreativas, desejamos que todos os brasileiros participem das festividades comemorativas do “O Ano 70 da Abolição”, contribuindo dessa maneira para elevar ainda mais alto a chama democrática da igualdade jurídica e social das raças.[...] Salve o ano 70 da Abolição[...] São Paulo, janeiro de 1958” Cf. Camargo, 1972, p. 95.

³⁵ “Mesmo que voltem as costas/ às minhas palavras de fogo/ Não pararei/ Não pararei de gritar/ [...] /Senhores/ Atrás do muro da noite/ Sem que ninguém o perceba/ Muitos de meus ancestrais/ Já mortos há muito tempo/ Reúnem-se em minha casa/ E nos pomos a conversar/ Sobre coisas amargas/ Sobre grilhões e correntes/ Que no passado eram visíveis/ Sobre grilhões e correntes/ Que no presente são invisíveis/[...] /Mas, irmão, fica sabendo/ Piedade não é o que eu quero/ Piedade não me interessa/ Os fracos pedem piedade/ Eu quero coisa melhor/ Eu não quero mais viver/ No porão da sociedade/ Não quero ser marginal/ Quero entrar em toda parte/[...] / Eu quero o sol que é de todos/ Ou alcanço tudo o que eu quero/ Ou gritarei a noite inteira/ Como gritam os vulcões/ Como gritam os vendavais/ Como grita o mar/ E nem a morte terá força/ Para me fazer calar!”, Carlos Assumpção, excertos de *Protesto*, 1958. Cf. Camargo, 1986.

mesmo registro: “*Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes*” [sic] e “*E assim no dia 13 de maio eu lutava contra a escravatura atual – a fome!*”.

Se o primeiro fragmento é frontalmente contrário ao que as expressões mais aguerridas do meio negro organizado paulistano vinha defendendo até então – lembre-se uma estrofe de Assumpção: *Não quero piedade* –, o segundo vem ao seu encontro e o ultrapassa, no momento em que dá materialidade à situação de pauperização e marginalidade de parcela significativa do negro em São Paulo. Dos escritores citados até o momento da década de 1960, nenhum havia dado esse passo, sem metáforas ou rebusco. A fome, em Carolina Maria de Jesus, ganha corpo, o seu corpo, de seus filhos e companheiros de infortúnio. Ela tem cheiro, cor e é dotada de sentido. Em *Quarto de despejo*, ela não é um trem da Leopoldina que se parece dizer, como no poema de Solano Trindade: ela se afirma o tempo todo. Na mesma medida em que nenhum daqueles escritores dava o passo atrás do primeiro fragmento extraído.

É necessário, portanto, ressaltar a ambiguidade do pensamento de De Jesus, que pode ser justificada pelos mais diversos motivos, quase todos já elencados aqui no que diz respeito à sua trajetória pessoal. No entanto, se levado a um patamar supra individual, o ambíguo revela oscilações, de diferentes graus, do próprio pós-abolição. Se os intelectuais e ativistas negros rejeitavam – especialmente na ACN – qualquer atitude condescendente e paternalista semelhante à que De Jesus roga aos céus, não é menos verdadeira a sua dificuldade de aproximação com a parcela mais pobre de seu grupo social³⁶.

Retomando a narrativa de *Quarto de despejo*, os dias seguintes ao Treze de Maio vão assumindo uma cadência crítica considerável. Deslocado, o cotidiano singular passa o papel de personagem principal à fome, suas implicações e razões estruturais, pelas quais De Jesus e seus pares são atingidos em cheio. Miséria e cidade serão os temas mais tratados no diário, deste momento em diante. As esperanças para o futuro, anunciadas pelo mito do progresso são colocadas em xeque, aos olhos dessa catadora de papel,

³⁶ “[...] Por fim, existe o problema deveras complexo da separação do “meio negro”. Nas condições focalizadas, o “negro em ascensão” tem de preparar-se para retrair-se e, até para isolar-se de conhecidos, amigos e parentes. [...] A necessidade de pôr em prática o novo nível de vida, de encontrar pessoas com interesses sociais análogos e aspirações idênticas é que está na raiz das motivações evitativas. Então, ao repudiar o “negro pobre”, não é ao “negro” propriamente dito que se está evitando. Mas, certo estado social, do qual pretende afastar-se a todo custo. A prova disso, é que prefere buscar a companhia de outros “negros” de posição social comparável, em vez de tentar a convivência exclusiva com “brancos” de nível social idêntico ou inferior. *Numa das entrevistas, um dos antigos líderes dos movimentos reivindicativos, muito sensível à lealdade aos interesses fundamentais da “coletividade negra”, afirmou taxativamente: “meus interesses não estão no meio negro ignorante” [...]*” Cf. Fernandes, p. 189, grifos meus.

sobrevivendo na metrópole emergente. Ela afirma, dois dias depois do aniversário do Ano 70: “*Eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos*” (pp. 32-33).

A percepção social da narradora de *Quarto* possui diferentes focos. De um lado, tem-se a visão sobre os políticos e a favela³⁷; da mesma maneira como outras instituições sociais, como a Polícia e a Igreja, com presenças *oportunistas* na vida dos favelados³⁸; assim como a sua visão sobre os favelados e os negros. No que diz respeito a esse tópico, De Jesus fornece mais elementos de sua ambiguidade perceptiva:

... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:[...] - É pena você ser preta.[...]Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto, onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento no cabelo, êle já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta. (...) [...]O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (16/06/1958, p. 65)

[...] A Florenciana é preta. Mas é tão diferente dos pretos por ser muito ambiciosa. Tudo que ela faz é visando lucro. (29/06/1958, p. 75)

³⁷ “Os políticos só aparecem aqui nas epocas eleitoraes. O Senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Êle era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na camara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais.” (15/05/1958, pp.32-33). Ou ainda: “... O que o Senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catête. Cuidado, sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome. (...)... Eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa.[...]” (19/05/1958, pp. 35-37). Interrupções em colchetes minhas.

³⁸“(...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. Pensei: Se êle sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O Senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Adhemar de Barros? Agora falar pra mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.[...]” (10/05/1958, p. 31); “[...] Quando eu desperto custo a adormecer. Fico pensando na vida atribulada e pensando nas palavras do Frei Luiz que nos diz para sermos humildes. Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, aí eu queria ver se o Frei Luiz era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o Frei Luiz visse os seus filhos comendo generos deteriorados, comidos pelos cõrvos e ratos, havia de revoltar-se, porque a revolta surge das agruras.” (08/07/958, p. 84); “... De manhã o padre veio dizer missa. Ontem êle veio com o carro capela e disse aos favelados que êles precisam ter filhos. Penso: porque há de ser o pobre quem há de ter filhos – se filhos de pobre tem que ser operário?[...]Na minha fraca opinião, quem deve ter filhos são so ricos, que podem dar alvenaria para os filhos. E êles podem comer o que desejam.[...] Quando o carro capela vem na favela surge varios debates sobre a religião. As mulheres dizia que o padre disse-lhes que podem ter filhos e quando precisar de pão podem ir buscar na igreja.[...] Para o senhor vigario, os filhos de pobres criam só com pão. Não vestem e não calçam.” (08/ 12/1958, pp. 136-137). Interrupções em colchetes minhas.

... Hoje é o dia da pessoa de Moisés. O Deus dos Judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque sua pele é cor da noite. E o judeu porque é inteligente. [...] Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus quase todos são ricos.[...] Já nos os pretos não tivemos um profeta para orar por nós. (14/09/1958, p. 118)

Entretanto, todas essas formulações discursivas, complexas e ambíguas, se amalgamam para compor a imagem que faria de De Jesus o centro das atenções de 1960 e objeto de discussão nos anos seguintes. Os fragmentos oscilam e orbitam ao redor da seguinte passagem:

... Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. (...) [...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. *Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de setim. E quando estou na favela, tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo.* (19/05/1958, pp. 35-37)³⁹. [sic]

Sendo o centro dos fragmentos, a imagem do quarto de despejo organiza e articula todos os sujeitos e personagens sociais que compõem a esfera daquele universo ficcional. Passa a ser a justificativa para que as pessoas se transformem de humanas, vindas de fora da favela, em peças de lixo. Ela nos diz: “... *As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são iducadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo – Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo.*” [sic] (pp. 38-39). O injustificável se explica, uma vez que, como afirma De Jesus: “*Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo*”. Após formulada essas passagens, não haverá, daí em diante, limites para exposição do extremo, uma vez que esta é a vida dos pobres e favelados na metrópole, vista por um deles:

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos. Um dia eu ia vender ferro quando parei na Avenida Bom Jardim. No lixão, como é denominado o local. Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E ele escolhia uns pedaços. Disse-me: [...] - Leva, Carolina. Dá para comer. [...] Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães ruidos pelos ratos. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que ele não pode

³⁹ Esta e todas as citações imediatamente anteriores, verificar em Jesus, 1960. Interrupções entre colchetes minhas.

deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num paiz fertil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais. Vendi os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela. [...]No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetro. [...] Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (21/05/1958, pp. 40-41) [sic]

E, no quarto de despejo, mesmo os sonhos adquirem outra conotação. Se o presente é o tempo dominante dos diários e o passado é uma dimensão apenas comparativa, o devir se assemelha a um pesadelo constante, visto como a possibilidade concreta e sem saída de repetição do agora. Ou seja, qualquer fabulação do destino social é interrompida pela desconfiança que, tragicamente, não haverá outra sorte senão a da miséria quotidiana.

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe panelinhas que há muito vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. [...] (21/05/1958, p. 40)[sic]

... Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o predomínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou é uma nação única? Será que lá existe favela? E se lá existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela? (03/06/1958, p. 51)⁴⁰[sic]

“Eu tenho a mania de observar tudo, contar tudo, marcar os fatos” (07/06/1958). Que há de literatura em *Quarto de despejo*? E, mais especificamente, que existe de Literatura Negra na narrativa de Carolina Maria de Jesus? São perguntas inescapáveis. O que Audálio Dantas viu antes de todos e potenciou para formar o diário de uma favela? Para responder essas questões, é necessário retomar e avançar alguns argumentos anteriores.

⁴⁰ Esta e todas as citações imediatamente anteriores, verificar em Jesus, 1960. Interrupções entre colchetes minhas.

Existe uma dificuldade muito grande, seja entre escritores e críticos, em se tratando de Literatura Negra, de se provocar um deslocamento entre o nome próprio do autor (e, neste caso, o tom da cor de sua pele e a história do seu grupo social), com o discurso que ele produz, “[...]a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência”, para usar os termos de Michel Foucault (Foucault, 2000, p. 34). O pensador vai além:

O nome de autor é um nome próprio; põe os mesmos problemas que todos os nomes próprios[...] O nome próprio (tal como o nome de autor) tem outras funções que não apenas as indicadoras[...] a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome de autor com o que nomeia não são isomórficas e não funcionam da mesma maneira[...] se se demonstrasse que Shakespeare não escreveu os *Sonetos* que passam por seus, a mudança seria de outro tipo: já não deixaria indiferente o funcionamento do nome de autor[...] O nome de autor não é exatamente um nome próprio como os outros[...] Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (Idem, ibidem, 2000, pp. 42-44 e 45, respectivamente)

O que faz da Literatura ser Negra ou Marginal/Periférica é, muitas vezes, menos o processo criativo (que se torna uma decorrência), mas, antes, uma ética da criação (que se antepõe a tudo). Ou seja: ao se instaurar uma ideia de Literatura Negra se pressupõe que o negro, enquanto sujeito social cômico de sua situação histórica seja o mais autorizado (senão o único) a expressar uma visão social de mundo através de um universo ficcional, em que aquele grupo social seja privilegiado enquanto personagem (o mesmo raciocínio é válido para o grupo periférico).

Nesta senda, a autoria do discurso se reveste de uma autoridade que passa a reger as múltiplas ações e possibilidades existentes no sistema literário. Nesse, surge o tema da *autenticidade*, o que para a Literatura Negra é sugerido que ela mereça tal designação quando satisfeitas as condições do parágrafo anterior. Dito de outra forma: ao nome próprio do escritor negro/periférico está atrelada uma série de condicionantes histórico-sociais e elementos éticos (impostos interna e externamente), que lhe conferirão, positiva ou negativamente, a autenticidade da voz que fala e que tem a autoridade para falar sobre o que fala (e, talvez, somente sobre aquilo). Há igualmente aí uma esfera de *controle* estabelecido. Desta feita, é por isso que, para todo um amplo leque de efeitos, *Quarto de despejo* é o *diário de uma favelada*; os *Cadernos são Negros*; *Cidade de Deus* é, para alguns,

um romance etnográfico; ou a literatura de Ferréz é *marginal ou periférica*⁴¹. Voltaremos a isso.

Se estiver correta a argumentação até aqui, é possível situar De Jesus como uma autora de Literatura Negra, num caminho trilhado anteriormente a si, *na prosa*, salvo engano, no caso mais conhecido, por Afonso Henriques de Lima Barreto, capaz de retratar a vida dos subúrbios, das classes baixas e afirmar-se, nesse processo, mulato, com todas as ambiguidades que tal assunção implica. Valendo-se intencionalmente da controversa forma do *diário*, ela fez Literatura, aceitas as definições de Michel Braud: mesmo que inicialmente seja encarado como documento autorreflexivo, direcionado exclusivamente ao autor, progressivamente este cede espaço ao leitor e ao entorno, criando um mundo ficcional por meio de ações, personagens, visões e intencionalidades perceptíveis, devendo a crítica evidenciá-las.

Je considère donc le journal comme un genre susceptible de faire l'objet d'une analyse critique au même titre qu'un autre. On oppose encore parfois à cette approche le fait que le diariste tient ou tiendrait à l'origine son journal intime pour lui-même, pour se soulager, réfléchir ou se souvenir, et sans intention de le publier. De ce fait, le lecteur y aurait accès par effraction, comme par-dessus son épaule, et toute étude se trouverait subordonnée au point de vue de l'auteur. Le rôle de la critique serait de reconstituer l'intention du diariste, de définir les fonctions que le journal a eus pour lui"⁴².

No caso de De Jesus, a sua autenticidade como autora foi vista como potência desde o princípio e exigida, a partir daí, desde sempre. Após tê-la descoberto e prometido que “[...] *tudo isto que você escreveu sairá num livro*” (Dantas, 1960, pp. 05-12), Audálio escreve matéria na sexta-feira, 09/05/1958, sobre seu *achado*, cujo título é “*Carolina de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive*” e a chamada se apresenta como “*O drama da favela escrito por uma favelada*”⁴³. E, segundo o jornalista, após isso, o debate na redação da *Folha* sobre a matéria e seu tom foi que aquele “[...] *documento da*

⁴¹ Refiro-me, respectivamente, à série *Cadernos Negros*, publicada em São Paulo desde 1978, criada por Cuti e Oswaldo de Camargo, entre outros e desde 1982 até atualmente, coordenada pelo coletivo Quilombhoje (nos dias correntes, nas figuras de Márcio Barbosa e Esmeralda Ribeiro); ao romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, publicado pela Companhia das Letras em 1997 e cuja expressão “romance etnográfico” aparece na orelha da 1ª edição; e ao movimento literário criado pelo escritor paulistano Ferréz, em 2000, bem como seus romances e contos: *Capão pecado*, *Manual prático do ódio*, *Ninguém é inocente em São Paulo* etc.

⁴² Considero o diário, portanto, um gênero susceptível de ser objeto de um análise crítica tanto quanto um outro. Opõe-se talvez a essa abordagem o fato que o diarista tem ou teria, no princípio, seu diário íntimo para ele mesmo, para se aliviar, refletir ou se lembrar, e sem intenção de o publicar. Assim, o leitor teria acesso a ele por um roubo, como por cima de seus ombros e todo estudo se acharia subordinado ao ponto de vista do autor. O papel da crítica será de reconstituir a intenção do diarista, de definir as funções que o diário teve para ele”. Cf. Braud, 2006, p. 08. Tradução minha.

⁴³ DANTAS, Audálio. *Carolina Maria de Jesus faz um retrato sem retoque do mundo sórdido em que vive. Folha da Noite*, 09/05/1958, p. 09.

favela [era] insubstituível. E com a vantagem da história de ser uma história contada de dentro da favela[...], o que fez os jornalistas irem além com seus propósitos, já que:

Primeiro, como reportagem é considerada assunto ótimo. E os colegas começaram a comentar[...] E ali mesmo surgiu uma proposta do Hideo Onaga, que era um jornalista nissei[...] que era “Vamos fazer uma vaquinha aqui prá gente publicar essa história, publicar em um livro”. Eu, na hora, eu não disse nada, mas comigo eu digo: “Olha, eu acho que não precisa fazer isso. Qualquer editora inteligente vai se interessar por publicar esse livro”. E foi o que aconteceu. Agora, aconteceu principalmente depois que fui convidado em [19]59, pela revista *O Cruzeiro*. Aí, eu fiz a matéria mais aprofundada para a revista *O Cruzeiro*. Aí teve repercussão nacional e repercussão internacional, porque *O Cruzeiro* tinha uma edição internacional. E aí as próprias editoras começaram a se interessar.⁴⁴

A recepção inicial de *Quarto de despejo*, como se verá noutra parte do trabalho, é extremamente marcada por essa discussão anterior. A visão *desde dentro* da negra favelada é o que importa, o seu ponto de vista *autêntico*. Passagens mais delicadas como “[...] *Parece que vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade.*” (06/07/1958) ou “... *Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando.*” (09/05/1958) são consideradas menos importantes que as semelhantes a esta: “*Hoje é o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu não posso fazer uma festinha porque isto é o mesmo que agarrar o sol com as mãos. Hoje não vai ter almoço. Só jantar.*” (15/07/1958) e “*Ontem comemos mal. E hoje pior.*” (03/09/1958). Vale pensar o por quê.

Aliada a toda uma discussão sobre a emergência do protesto e da revolta na Literatura Negra – da qual o discurso de Carolina M. De Jesus nesta direção é distintivo – é importante refletir igualmente sobre que uso ele possui fora dos escritos da autora, bem como à parte da própria Literatura Negra. Talvez seja apenas possível supor e intuir. Mas estando correta a argumentação de Jorge Paulino, ao afirmar, que para além de um fenômeno urbano estruturalmente capitalista (o da expansão desordenada da metrópole) o estímulo oficial e as vistas grossas do poder público paulistano são os responsáveis pela criação das favelas, mesmo num ufanismo ilimitado representado pelo IV Centenário, o que significam passagens como estas...

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e côres variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com suas úlceras. As favelas.” (07/07/1958, p. 84) [sic]

⁴⁴ Entrevista de Audálio Dantas concedida a Mário Augusto M. da Silva, em 19/10/2009, em São Paulo. A matéria para a revista *O Cruzeiro* a que o entrevistado se refere é: DANTAS, Audálio. Retrato da favela no diário de Carolina. *O Cruzeiro*, nº 36, 20/06/1959, pp.92-98.

Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo.[...] (10/07/1958, p. 40)

[...] quem reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade.” (12/07/1958, p. 91).[sic]

[...] O povo não sabe revoltar-se. Deviam ir no Palacio do Ibirapuera [Gabinete do Prefeito] e na Assembleia e dar uma surra nêstes políticos alinhavados que não sabem que precisamos matar o Dr. Adhemar. Que êle está prejudicando o paiz. [...] (31/10/1958, p.128) [sic]

“... catei uns ferros. Deixei um pouco no deposito e outro pouco eu trouxe. Quando passei na banca de jornais li êste slogan dos estudantes:

Juscelino esfola!

Adhemar rouba!

Jânio mata!

A Camara apóia!

E o povo paga! [...] (03/11/1958, p. 126)⁴⁵

... no contexto em que elas se apresentam? É, de certa maneira, fácil dizer e não se incorre em erro ao afirmar que o discurso de De Jesus é o *calcanhar de Aquiles do ufanismo* de época. *Entretanto, até que ponto a sua percepção se conduziria diretamente para o ataque a governantes de São Paulo e do Brasil? Se não se pode falar em instrumentalização do discurso – e não é o caso – é possível dizer que, a uma certa altura de seu diário – especificamente, depois do dia 09/05/1958, quando Dantas publica a primeira reportagem, na Folha da Noite – De Jesus passa a escrever para os seus leitores. Que ela não sabia ainda quem seriam, mas intuía (ou foi levada a intuir) sobre o que gostariam de saber e ler em alguém com sua origem social, descrita como foi na reportagem de Dantas. Está-se lendo, portanto, um diário escrito *pari passu* a sua recepção, neste momento. A autora fornece ao menos três pistas disso:*

[...] Tem hora que eu odeio o reporter Audálio Dantas. Se êle não prendesse meu livro eu enviava os manuscritos para os Estados Unidos e já estava socegada.” (25/09/1958, p. 119)[sic]

... vocês já sabem que eu vou carregar água todos os dias. Agora eu vou modificar o início da narrativa diurna; isto é, o que ocorreu comigo durante o dia. (16/10/1958, p. 121)⁴⁶

– Ora! Ora! Você só vive fazendo Diario!

⁴⁵ Todas as citações são de Jesus, 1960. Colchetes meus.

⁴⁶ Ambas as citações são de Jesus, 1960. Colchetes meus.

- É que os jornalistas das Fôlhas mandam fazer
- Mas eles não te da nada! Estão te explorando![...]

Jornalistas quando prometem cumprem[...] Eu já estou cansada de ouvir. Quando é que seu livro vae sair? (28/11/1958, p.100)⁴⁷[sic]

Num certo sentido, destarte, a passagem do íntimo e pessoal ao crítico e social não é um autônomo movimento pendular. Aparece a figura do autor e leitor ideais, aqui, para fazer uso das definições do crítico italiano Umberto Eco⁴⁸. E, por que não dizer, de uma editora e sociedade interessadas também nesse movimento do pêndulo.

1958-1960: COMO SE CRIA UM BEST-SELLER?

Por que a Francisco Alves Editora se interessou pelo *diário de uma favelada*? Por que uma das menos prováveis e sofisticadas obras de literatura negra conhecidas até então logrou alcançar um público exógeno, chegando a sucesso estrondoso de vendas onde outros escritores negros e seus livros conheceram o silêncio dos pares ou a simpatia de poucos intelectuais engajados? A primeira das questões é o próprio Audálio Dantas quem responde.

Por que a Francisco Alves? Primeiro porque a Francisco Alves era uma das editoras tradicionais do país, muito importante. E lá estava um grande amigo meu, Paulo Dantas, ele era coordenador de edições etc. [...]. E eu preferi. Eu dei preferência a ele por causa disso. Juntava duas coisas: a amizade por ele e a editora, que era uma editora tradicional. E me coube fazer o trabalho que todo mundo conhece. Compilar o diário.[...] A editora já apostou, porque a primeira edição foi de dez mil exemplares. Uma coisa fantástica. Ainda hoje no Brasil, primeiras edições ficam em dois, três mil exemplares. E veio com repercussão internacional.⁴⁹

⁴⁷ Cf. Bom Meihy e levine, 1996, p. 74.

⁴⁸ “O leitor-modelo de uma história não é o leitor empírico. O leitor empírico é você, eu, todos nós, quando lemos um texto. Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como receptáculo de suas próprias paixões[...] Quem já assistiu a uma comédia num momento de profunda tristeza sabe que em tal circunstância é muito difícil se divertir[...] Evidentemente, como espectadores empíricos, estaríamos “lendo” o filme de maneira errada. Mas “errada” em relação a quê? Em relação ao tipo de espectadores que o diretor tem em mente.[...] é o que eu chamo de leitor-modelo – uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar.[...] (pp. 14-15). E ainda: “Para saber como uma história termina, basta em geral lê-la uma vez. Em contrapartida, para identificar o autor-modelo é preciso ler o texto muitas vezes e algumas histórias incessantemente. Só quando tiverem descoberto o autor-modelo e tiverem compreendido (ou começado a compreender) o que o autor queria deles é que os leitores empíricos se tornarão leitores-modelo maduros.”(p. 33) Cf. ECO, 1994.

⁴⁹ Entrevista de Audálio Dantas concedida a Mário Augusto M. da Silva, em 19/10/2009, em São Paulo.

A Livraria Francisco Alves Editora⁵⁰ investiu maciçamente na produção do livro. Paulo Dantas, antigo escritor e intelectual de orientação comunista, junto com o gerente Lélío de Castro Andrade montam uma estratégia de promoção do diário que passa pela divulgação em jornais e revistas de grande circulação, exposição pública da escritora na rua e na sede da livraria, na rua Líbero Badaró, entre outros fatos. Em agosto de 1960, *Quarto de despejo*: diário de uma favelada inaugurava a recém-criada coleção *Contrastes e Confrontos* (título retirado de um livro de Euclides da Cunha), publicando além de De Jesus, o jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e um ensaio sobre o autor de *Os sertões*, escrito por Edgar Carvalho Neves. Figuram ainda no catálogo daquele ano da Francisco Alves autores díspares como Clarice Lispector (*Laços de família, A maçã no escuro*), Francisco Julião (*Irmão Juazeiro*), Carlos Lacerda (*Xanã*), Paulo Dantas (*O livro de Daniel*), entre outros. Cyro del Nero, responsável por diversos trabalhos na editora, além das capas e ilustrações de *Quarto* e *Casa de alvenaria*, afirma, sobre a criação cuidadosamente pensada do livro:

Audálio me procurou porque ele havia descoberto uma negra... que parecia uma negra daquelas tribos africanas, que pulam e são altíssimos.[...] E aí ele me levou à editora. A editora era a Francisco Alves, na rua Líbero Badaró.[...] Eu comecei a ilustrar, fazer capas para a Livraria Francisco Alves. E eles me passaram duas tarefas. Uma era Carolina Maria de Jesus. Outra era Clarice Lispector. Veja que honra.[...]E, então, eu procurei um estilo para a favela. O cinza sujo da favela.[...] [O lançamento] Foi aqui, na Livraria, havia uma balcão... e Maria Carolina [sic] assinando, como você está vendo aí... Isso é tudo do lançamento do livro, né? E a imprensa toda... muito interessada. Muito interessada. Agora, o que eu quero dizer para você: Interessada pelo sucesso de uma negra. Era isso. Pelo insólito desse sucesso. Pelo raro. Uma negra favelada escrevendo um livro, era notícia.

⁵⁰ A casa escolhida foi fundada no Rio de Janeiro, no final do século XIX, pelo livreiro português Francisco Alves D'Oliveira. Começou como editor de livros didáticos; a firma foi aberta por um tio em 1854. Em 1882, torna-se sócio deste tio e, posteriormente, compra-lhe o negócio. Foi o primeiro editor brasileiro a fazer dos livros didáticos um esteio seguro à editoração nacional. Alves era amigo pessoal do então secretário de educação paulista do governo de Prudente de Moraes, Teófilo Neves Leão. O sucesso de seus livros didáticos pode ser creditado a isso, bem como a abertura de uma filial na cidade, a 23/04/1893. Editor de circulação internacional (França, Portugal, Espanha etc.) montou a primeira oficina gráfica do país para editar, quando os custos, em razão da 1ª Guerra Mundial (1914), tornaram proibitivo o procedimento usual de impressão no estrangeiro. Esse esforço, aos 70 anos, teria debilitado ainda mais sua saúde precária de diabético e tuberculoso. Em seu testamento deixava, além de uma dotação anual para uma amante, tudo o mais que era seu para a Academia Brasileira de Letras. De acordo com Laurence Hallewell, "Como a Academia está estatutariamente impedida de gerir qualquer tipo de negócio, vendeu a livraria a um grupo de velhos empregados de Francisco Alves, liderados por Paulo Ernesto Azevedo, sucessor de Pacheco Leão na gerência da filial de São Paulo e Antônio de Oliveira Martins. A nova firma adotou como razão social o nome "Paulo de Azevedo & Companhia", mas continuou a usar a marca "F. Alves"[...] Paulo de Azevedo faleceu em 1946, sendo sucedido por seus filhos Ivo e Ademar, que logo depois admitiram como sócios Álvaro Ferreira de Almeida, Raul da Silva Passos e Lélío de Castro Andrade. A partir de então houve novamente uma ampliação dos programas da editora, sem dúvida com a ajuda das dimensões fenomenais atingidas pelo mercado a partir da década de 20 e agora ela seria melhor descrita como uma das mais importantes editoras *não especializadas* do Brasil." Cf. Hallewell, 2005, pp. 277-295.

Então, é sob esse aspecto.[...]não do valor social, não dos crimes sociais que revelava o livro... Não, não: é que era uma favelada que havia escrito um livro. Era isso. É sempre assim, né?⁵¹

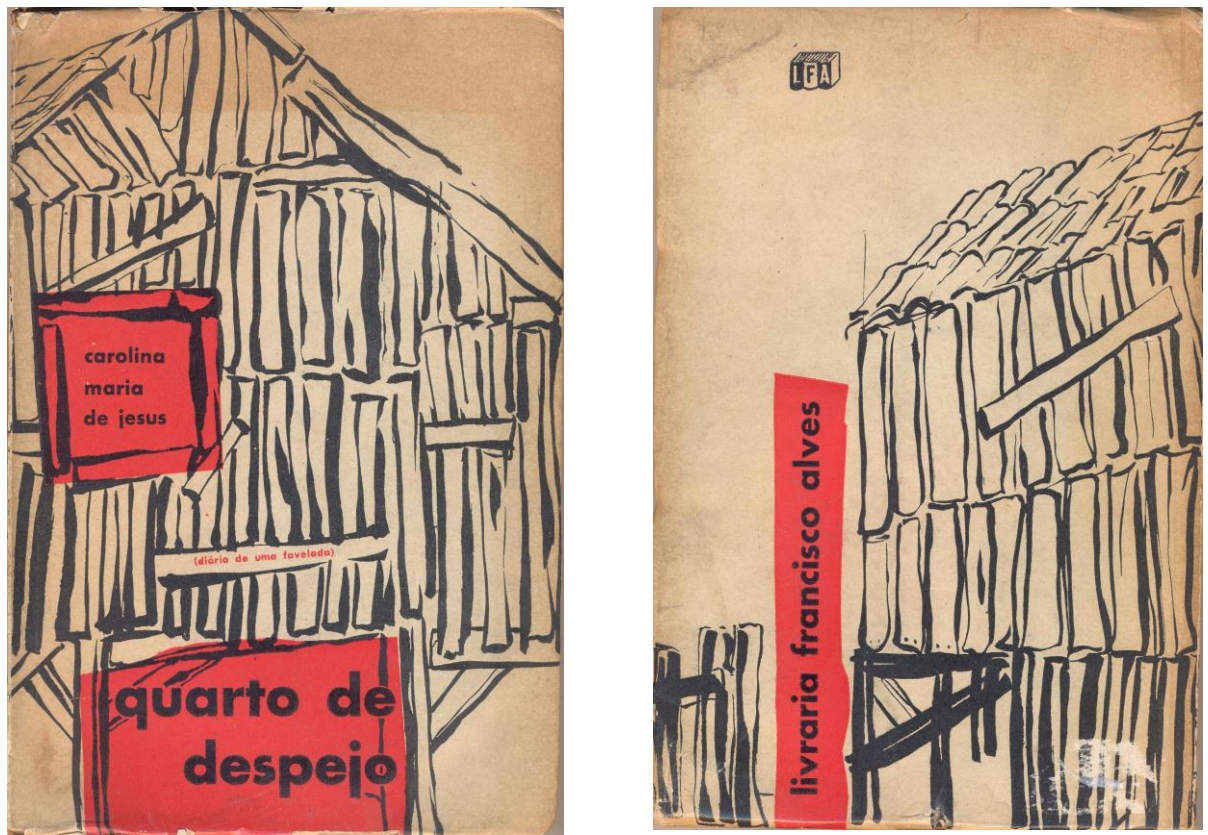
Em meio à fabricação de seu livro (e de sua imagem) Carolina Maria de Jesus continuou escrevendo seu diário, deduzindo-se que ela passava gradualmente os cadernos a Dantas à medida que este os ia compilando⁵². Criação e produção, portanto, se confundem. O quanto a segunda dimensão contaminou a primeira não é simples de responder, apenas se pode inferir e/ou nuançar argumentos. De toda forma, se a busca pelo exótico foi o que motivou o consumo de *Quarto* a partir de seu lançamento, ele aparece nos diários e na sua compilação com a potência de crítica social ou de protesto. *É o povo emergindo na História*, parafraseando Florestan Fernandes. Mas não apenas analiticamente. É o povo, vestido com seus andrajos, marcado por sua pobreza e falando com sua voz (mesmo que impulsionada). Dada a potência, o que foi feito disso é o que cabe discutir a seguir.

⁵¹ Entrevista de Cyro del Nero concedida a Mário Augusto M. da Silva em 29/09/2007, em São Paulo. Grifos meus.

⁵² “... Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me:

- Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver!

- Não. Quem vai ler isto é o senhor Audálio Dantas, que vai publicá-lo.[...]” (18/12/1958, p. 138) Cf. Jesus, 1960. Colchetes meus.

Ilustração 1: Primeira edição de *Quarto de despejo*, 1960

A 29/10/1958, De Jesus sentencia que “*Já se foi o tempo em que a gente engordava*”. Esse será o *leitmotiv* do fim do diário. Aí a crítica ao entorno será uma constante crescente, com agudizações semelhantes a

Tenho nojo, tenho pavor
Do dinheiro de alumínio
O dinheiro sem valor

Dinheiro do Juscelino [...]” (24/10/1958, p. 123)

- Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução. (01/11/1958, p. 126).

É significativo também que, em sua composição, o Dia da República não signifique nada além de um dia cinzento em 1958. Até o livro ser publicado, as perspectivas de vida não lhe eram boas e De Jesus faz questão de dizê-las. A cada fracasso pessoal ou tentativa frustrada de se autopromover, eleva-se o tom de crítica e a escrita se torna mais

espaçada, como ela o afirma: “... Fui no Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados Unidos. (...) Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros. O The Reader Digest devolve os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra.” (16/01/1959, p. 147); “Eu parei de escrever o Diário porque fiquei desiludida. E por falta de tempo.” (29/02/1959, p. 154). Os registros de 1959 são quase tão curtos quanto os de 1955, voltando a alguma regularidade depois que Dantas publica sua reportagem n’*O Cruzeiro*⁵³.

Contudo, antes, durante e depois disso, De Jesus registra um tenso corpo a corpo com a vida, no limiar da sobrevivência, criando assim um problema circular: *seu sucesso depende de sua miséria e esta determina o ritmo de sua vida, quase inviabilizando-a*. A narrativa de De Jesus, neste sentido, vai assumindo um tom desesperado: seja por suas expectativas criadas em torno do lançamento, seja pela incerteza do que lhe irá acontecer. “...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” (28/05/1959, p. 160). Ou pela ameaça física dos favelados, reagindo ao que era publicado nos jornais e revistas sobre a autora e seus pares, como ela relata nos dias 18, 25 e 27/06/1959. Apesar disso, De Jesus escreve em 11/06/1959, após ter visitado, convidada, a sede d’*O Cruzeiro*, em São Paulo: “Eu estou alegre. Parece que minha vida estava suja e agora estão lavando”.

CONCLUSÃO

Quarto de despejo se encerra como uma narrativa circular, chegando-se à nítida impressão de que nada mudou em quase 200 páginas de condensação ficcional; e, ainda, que tenha inclusive piorado a vida de sua autora-personagem. O aniversário de Vera Eunice, a 15/07/1959, é marcado pela fome; a favela é retratada como *chiqueiro de São Paulo* e *Gabinete do Diabo*; os políticos e órgãos públicos não recebem designações melhores, bem como as pessoas das *casas de alvenaria*, retratadas com sua desfaçatez em relação à situação dos favelados. A 01/01/1960, a frase final do livro poderia estar no começo, sem retoques: “Levantei às 05 horas da manhã e fui carregar água”.

⁵³“... Fomos na rua 7 de abril e o reporter comprou uma boneca para a Vera (...) Eu disse aos balconistas que escrevi um diário que vai ser divulgado no “O Cruzeiro””. (06/05/1959, pp. 157-158). E: “... Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do reporter. Perguntei a Dona Nena se êle esteve aqui. Disse que sim (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair dia 10, no Cruzeiro. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada. (08/06/1959, p. 162)

Para este texto, isso tem um significado muito importante. O circuito fechado da narrativa de *Quarto* permite discutir vários pontos de interesse: 1) *Situada em relação a seus pares*, escritores negros ligados a associações e jornais, é válido afirmar que *não se tem idealizações ou uma visão teleológica em relação ao futuro do grupo negro. Ao contrário: o futuro é sublimado pelo presente contínuo, estigmatizado pelo passado do grupo social*. Não que essa dimensão temporal esteja ausente de versos e contos de Oswald de Camargo, Solano Trindade, Carlos Assumpção etc. Todavia, nesses autores engajados (bem como em Lino Guedes ou Abdias do Nascimento, ou nas facetas políticas dessas expressões literárias), o passado é uma dimensão que se quer e se fabula superar a todo custo. A identidade de *negra favelada* de De Jesus, ao contrário, constitui-se numa espécie de couraça de ferro, intimamente ligada à do *preto escravo*, numa simbiose às avessas; 2) *Ainda no plano literário e político*, isso faz de De Jesus, um enorme desafio para testar os limites das ações e criações estético-políticas dos ativistas negros. *Embora ela não tenha sido um fato*, como me afirmou Oswald de Camargo em entrevista, eles tiveram que discuti-la, aproximar-se ou aproveitar-se (sem qualquer sentido pejorativo) da imagem dela, em alguma medida, para o temário de suas próprias atividades.

Figura difícil, interesses divergentes, tempos inóspitos (1961-1964), a aproximação entre eles é de curta duração; 3) *as consequências literárias futuras* são igualmente desafiadoras: *Quarto de despejo* fez herdeiros? Criou trilha para ser explorada pelos escritores subsequentes?; 4) Por fim, *as consequências sociológicas da narração de De Jesus*: assinaladas as complexidades da criação da obra e da sua composição interna (diário em fragmentos), pode-se afirmar que se está diante de instantâneos da vida cotidiana de São Paulo, vistos do ângulo menos favorável para um bonito retrato. Terreno de ambivalência, ambiguidade e tensão permanente; risco no disco da ladainha ufanista do progresso, De Jesus expressa muito bem o impasse apontado por Florestan Fernandes em relação às possibilidades efetivas de se pôr em crise o padrão tradicionalista das relações sociais do antigo regime e de se efetivar *a era de esperanças reais*⁵⁴:

⁵⁴ "A principal barreira à ascensão social do negro e do mulato é de natureza estrutural. Se a passagem para a ordem social competitiva se desse de forma rápida e homogênea, do ponto de vista da absorção dos estoques raciais em presença, teria desaparecido o paralelismo entre "raça negra" e "posição social inferior", com o monopólio da dominação racial pelos estratos sociais superiores da "raça branca". Como isso não ocorreu, a diferença entre a situação de contato racial imperante na década de 50 e a que existia no período de 1900-1930 é meramente de grau. Em outras palavras, a expansão da ordem social competitiva

Em contraste com a situação de contato de 1900-1930, diríamos que entramos, com referência às perspectivas da “população de cor”, numa era de esperanças reais. Parece que chegou mesmo “a vez do negro” – para reutilizarmos uma expressão tomada dos sujeitos de investigação.[...] Contudo, é preciso que fique claro que não podemos endossar as opiniões “otimistas”. O caminho percorrido foi quase insignificante, não correspondendo nem aos imperativos da normalização da ordem social competitiva, nem às aspirações coletivas da “população de cor”, expressas através dos movimentos sociais reivindicativos. Superamos, em alguns aspectos, uma parte da demora cultural que separava nossa ordem racial de nossa ordem social. Mas, subsiste o desequilíbrio que havia entre ambas. É verdade que o negro e o mulato avançaram, “progredindo” com a cidade. Mas, fizeram-nos às cegas e em ziguezagues[...] O “negro” continua a debater-se, sozinho e desamparado, num mundo socialmente insensível a seus dilemas materiais e morais, no qual as pessoas de outra cor sentem vergonha de agir como agem mas não possuem forças para proceder de modo diferente. Ora, enquanto isso suceder, estaremos umbilicalmente presos ao padrão tradicionalista de dominação racial, condenando os negros e os mulatos a uma desigualdade social inexorável [...] Os dados coligidos revelam, abundantemente, que o negro e o mulato ainda empenham o grosso de seus esforços na luta pela superação do estado de pauperismo e de anomia[...] Outras informações e principalmente o impressionante relato de Carolina Maria de Jesus, corroboram esse lado sombrio da existência do “negro” na década de 50. As cenas descritas no “diário de uma favelada” sugerem, dramaticamente, que a fome, a miséria, a doença e a desorganização social, com suas variadas consequências sociopáticas, continuam a ter plena vigência para uma vasta parcela da “população de cor”. Os porões e os cortiços são substituídos pelas favelas, o “quarto de despejo mais imundo que há no mundo” - “sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno”. Se a proporção de “negros” sobre a população socialmente desamparada e desorganizada diminui, em compensação aumenta a gravidade dos problemas sociais com que essa parcela da “população de cor” tem de defrontar-se inelutavelmente. “Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer”. Com essa frase sóbria, Carolina Maria de Jesus leva-nos ao âmago de uma realidade sombria e revoltante. É certo que também existem os “negros de alvenaria” e que eles são, felizmente, mais numerosos em nossos dias que os “negros favelados”. Contudo, o nosso quadro geral é mais complicado que o do começo do século. Até na miséria aparecem gradações – e gradações sociologicamente relevantes, porque tornam a “pobreza remediada” um estado ideal para muitas “famílias de cor”.⁵⁵

Os desafios sociais sintetizados por *Quarto de despejo* em relação à marginalidade social e ao lumpesinato negro são de envergadura considerável. As respostas a eles, através do surgimento da autora e seus diários foram dadas em distintas orientações, das quais se exemplificam algumas. I) quando do lançamento do livro, por exemplo, em uma ocasião o então ministro do Trabalho do governo João Goulart, João Baptista Ramos, achou que o problema das favelas se resolveria ao dar uma casa para Carolina M. De Jesus

adquiriu densidade e intensidade suficientes para se refletir no plano das relações raciais. O padrão tradicionalista de relação racial assimétrica começou a entrar em crise irreversível e, com ele, o mencionado paralelismo entre a estratificação racial e a hierarquia social da sociedade paulistana. Note-se, porém: *apenas começou a entrar em crise*. O que quer dizer que estamos, ainda, próximos do passado, que dá imagem de uma democracia racial incipiente e imperfeita. Doutra lado, o que irá acontecer no futuro depende de condições e fatores histórico-sociais incertos e, a julgar pelo presente, de continuidade ou de alcance imprevisíveis.” (pp. 196-197)

⁵⁵ Esta e a citação imediatamente anterior, checar Fernandes, 1978b, pp. 197 e 199, respectivamente.

(e, por extensão a todos os favelados), solucionando o imbróglio; II) um grupo de estudantes universitários criou o M.U.D – Movimento Universitário do Desfavelamento, para acabar com as favelas de São Paulo, cuja leitura inicial era *Quarto*; III) a recepção de *Quarto* pode ser verificada pelo livro seguinte de sua autora, *Casa de alvenaria*, onde se observa que, menos entender as razões sócio-históricas e o sentido humano do protesto de De Jesus, diferentes figuras da sociedade estão interessadas em *consumir* Carolina, o que gera uma gama de atritos considerável.

O dilema da integração do negro à sociedade de classes é a resultante de estruturas construídas nas relações históricas entre grupos e classes sociais. Para sair da favela, De Jesus e seus diários, isoladamente, através de seu *eu-cómo-potência* encontraram algum eco. Enquanto coletivo, a dimensão do problema atinge um outro ângulo. Ampliado estruturalmente, *o problema do negro* coloca um impasse para a própria organização social do país. Ao encerrar sua análise sobre o assunto, Fernandes abre um leque de problemas para os anos vindouros, que ainda se encontram na ordem do dia:

Esta explicação permite situar *o problema do negro* de uma perspectiva realmente sociológica. Ele não constitui um “problema social” apenas porque evidencia contradições insanáveis no comportamento racial dos “brancos”, porque traduz a persistência de padrões iníquos de concentração racial de renda, do prestígio social e do poder ou porque, enfim, atesta que uma parcela considerável da “população de cor” sofre prejuízos materiais e morais incompatíveis com os fundamentos legais da própria ordem social estabelecida.[...] *O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Desse ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial para o equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo*[...] a única força de sentido realmente inovador, e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos “homens de cor”. Desse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental. Hoje, o “meio negro” está mais diferenciado. Esses movimentos deveriam atender à variedade de interesses sociais, econômicos e culturais que emergiram no seio da “população de cor”[...] No estabelecimento de uma política de integração racial assim orientada, os diversos segmentos da “população de cor” merecem atenção especial e decidida prioridade. De um lado, porque de outra maneira seria difícil reaproveitar-se, totalmente, essa importante parcela da população nacional no regime de trabalho livre. De outro, porque não se pode continuar a manter, sem grave injustiça, o “negro” à margem do desenvolvimento de uma civilização que ele ajudou a levantar.[...] Por um paradoxo da história, o “negro” converteu-se, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna. (Fernandes, 1978b, pp. 460-463, grifos meus)

Na década seguinte, apesar das dificuldades enfrentadas após o golpe de 1964, tanto a Literatura quanto o Movimento Negro tentarão estar à altura do desafio lançado. Agora, não mais como produto de inteligências isoladas, mas tentando se realizar enquanto coletivo. Mais uma vez, o discurso literário operará um papel distintivo, que não se poderá, infelizmente, abordar neste espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Maria Arminda do N. 2001. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc
- AUERBACH, Erich. 2004. *Mimesis: A representação da realidade na Literatura Ocidental*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. 1958. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Nacional.
- BOM MEIHY, José C. S.; LEVINE, Robert. 1994. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: UFRJ
- _____. (orgs.). 1996. *Meu estranho diário*. São Paulo: Xamã
- BRAUD, Michel. 2006. *La forme des jours: pour une poétique du journal personnel*. Paris: Éditions du Seuil
- CAMARGO, Oswaldo de. 1972. *O carro do êxito*. São Paulo: Martins.
- _____. 1986. *A razão da chama: antologia de poetas negros brasileiros*. São Paulo: GRD.
- CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. 2007. *Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Editora ComArte
- DANTAS, Audálio. 1960. "Nossa irmã Carolina". In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves
- DOMINGUES, Petrônio. 2007. *Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico*. São Leopoldo: XXIV Simpósio Nacional de História, Unisinos.
- ECO, Umberto. 1994. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Hildegard Fiest
- FERNANDES, Florestan. 1977. "Em busca de uma sociologia crítica e militante". In: *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, Florestan. 1978a. *A integração do negro à sociedade de classes: o legado da raça branca*. São Paulo: Ática, vol. I
- FERNANDES, Florestan. 1978b. *A integração do negro à sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Ática, vol. II
- FERRARA, Miriam Nicolau. 1986. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*, São Paulo: FFLCH/USP.
- FOUCAULT, Michel. 2000. *O que é um autor?* 4ª ed. s/l: Vega
- GODINHO, Marta T. 1955. *O Serviço Social nas favelas – SP*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Escola de Serviço Social

- HALLEWELL, Laurence. 2005. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp
- JESUS, Carolina Maria de. 1960. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves
- JESUS, Carolina Maria de. 1986. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- KOWARICK, Lucio; ANT, Clara. 1988. "Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo". In: KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- LAJOLO, M. 1996. "Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina". In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *Antologia pessoal: Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 37-61
- LEITE, José Correia; CUTI, Luiz Silva. 1992. *...E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura
- LOFEGO, Silvio. 2004. *IV Centenário de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume.
- PAIS, José M. 2007. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. 3ª ed. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais
- PAULINO, Jorge. 2007. *O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas*. Dissertação [Mestrado em Arquitetura e Urbanismo]. São Paulo: FAU-USP
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. 2011. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Tese [Doutorado em Sociologia]. Campinas: IFCH-Unicamp.
- VALLADARES, Lícia do Prado. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV

Entrevistas concedidas a Mário Augusto Medeiros da Silva:

- Oswaldo de Camargo – São Paulo, 29 de julho de 2007
- Cyro del Nero – São Paulo, 29 de setembro de 2007
- Audálio Dantas – São Paulo, 19 de outubro de 2009